

Pedido de Compra 20/2024

- Iniciada em: 18/03/2024 15:35:31
- Requerente: Setor de Almoxarifado

Projeto Básico

- **Objeto:** Corretivo LÍQUIDO

Código: ECO1155

Unidade: peça

Grupo: (E) Escritório

Estoque Disponível: 7

Consumo Médio Mensal: 3,9

Alcance: 1,8

Valor da Última Aquisição: R\$ 1,60

Data da Última Aquisição: 04/04/2023

Quantidade Solicitada: 60

- **Especificação:**

Corretivo líquido, a base de água, atóxico, frasco com 18 ml. Validade mínima de um ano, a contar da data da entrega. Embalagem original do fabricante. Enviar amostra.

- **Justificativa:**

Para atender as demandas da Casa por um período estimado de 12 meses.

- **Observações:**

Local e horários de entrega: Almoxarifado da Câmara Municipal de Porto Alegre. Av. Loureiro da Silva, 255, sala 137.

De segunda à quinta-feira das 8h30min às 11h e das 13h30min às 17h. Na sexta-feira, à tarde, o recebimento se encerra às 16h.

Responsáveis pela fiscalização e aquisição:

Guilherme Pulcinelli da Jornada (titular).

Ulisses Pothin (suplente).

- **Modalidade/Cronograma de Entrega:**

Entrega única.

Prazo de entrega de 15 dias, a contar do recebimento da Nota de Empenho.

- **Valor Estimado:** a ser elaborado pela área competente.

- **Pagamento Contratual:** Por determinação superior, o pagamento será efetuado em até 20 (vinte) dias úteis após a entrega do material e efetivo recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

- **Responsabilidade da Contratante:** Efetuar o pagamento, de acordo com o prazo estabelecido, mediante a entrega do objeto.
- **Responsabilidade da Contratada:** Entregar o objeto mediante solicitação da Câmara Municipal de Porto Alegre, através de Nota de Empenho, em perfeitas condições, sendo de sua responsabilidade a reposição do material que não estiver em conformidade com as especificações.
- **Responsáveis pelo recebimento do material:** servidores lotados no Setor de Almoxarifado.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PATRIMÔNIO
UNIDADE DE CONTRATOS - DLC/SMAP

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 27741702/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO 23.0.000124829-4

PE 661/2023

O **MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE**, CNPJ nº 92.963.560/0001-60 neste ato representado pela **DIRETORA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**, Sra. **LETICIA NOVELLO CEZAROTTO**, conforme delegação de competência estabelecida no Decreto nº 21.363, de 3 de fevereiro de 2022, aqui denominado simplesmente **MUNICÍPIO**, e a Empresa **TACCUINO DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS LTDA**, CNPJ n.º 48.057.203/0001-40, tendo sede na Rua Ângelo Dourado, nº 194, bairro Anchieta, cidade de Porto Alegre/RS, legalmente representada pelo Sr. **GERALDO DAROS**, aqui denominada simplesmente **FORNECEDOR**, firmam a presente Ata de Registro de Preços referente ao **Pregão Eletrônico para o Sistema de Registro de Preços nº 661/2023**, para a Administração Pública do Município de Porto Alegre, nos termos da Lei Federal nº 8.666/1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Complementar Municipal n.º 881/2020, Lei Municipal n. 12.827/2021, Decreto n.º 20.587/20 e Decreto nº 11.555/1996, e de acordo com as especificações e os detalhamentos constantes no **INSTRUMENTO I**, integrante da presente Ata e consoante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O objeto da presente Ata é o Registro de Preços de material escritório - apagador, tesoura, fita dupla face, almofada para carimbo, apontador para lápis, atilho de borracha, borrachas, caderneta, grampo, percevejo, porta crachá flexível, prancheta, régua, lápis de cor, papel tipo contact, papel kraft, caneta hidrográfica, papel off-set, estilete largo, estilete estreito, lâmina larga, bobina térmica, líquido corretivo, caneta marca-texto, caneta esferográfica, caneta para retroprojeto, cola branca, perfurador metálico para papel, conforme descrição e marcas constantes no **INSTRUMENTO I** desta Ata de Registro de Preços.

1.2. Serão considerados participantes do Sistema de Registro de Preço os órgãos da Administração Pública Municipal Direta, as entidades da Administração Pública Municipal Indireta e o Legislativo Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O presente instrumento passará a vigor a partir de sua assinatura, sendo extinto ao final do prazo de validade do registro de preços, que é de 01 (um) ano.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO REGISTRADO

3.1. O preço registrado para cada item constantes do item 1.1, está especificado no **INSTRUMENTO I** desta Ata de Registro de Preços.

3.1.1. Estão incluídos no valor todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), fornecimento de mão-de-obra especializada, leis sociais, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada no Edital.

3.2. A existência de preços registrados não obriga o **MUNICÍPIO** a firmar as solicitações de fornecimento que

deles poderão advir, sem que caiba direito à indenização de qualquer espécie.

3.2.1. Fica facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao sistema de registro de preços, assegurando-se ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições, de acordo com o art. 5º do Decreto nº 11.555/96.

CLÁUSULA QUARTA – FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

4.1. A formalização para a aquisição do material se dará mediante nota de empenho.

4.2. Para a formalização, será exigida a comprovação das condições de habilitação estabelecidas no edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

4.3. Fica estabelecida a obrigatoriedade de implementação do Programa de Integridade pela **CONTRATADA**, nas hipóteses previstas no *caput* e § 1º do art. 29 da Lei Municipal 12.827/2021.

4.3.1. A exigência do Programa de Integridade, quando cabível, dar-se-á a partir da celebração do **CONTRATO**, devendo a **CONTRATADA** apresentar, até a data de sua assinatura, os documentos previstos no Art. 4º da Instrução Normativa 005/2023 da Controladoria-Geral do Município.

4.3.2. A **CONTRATADA** que celebrar relação contratual com o **CONTRATANTE** pela primeira vez durante a vigência da Lei Municipal 12.827/2021, inclusive renovação e outros aditivos, e não houver implementado o Programa de Integridade, deverá apresentar, antes da assinatura do Contrato, os documentos relacionados no Art. 7º da Instrução Normativa 005/2023 da Controladoria-Geral do Município.

4.3.3. Os custos e as despesas com a implantação e manutenção do Programa de Integridade ficarão a cargo da **CONTRATADA**, não cabendo ao **CONTRATANTE** o seu ressarcimento.

4.3.4. O Programa de Integridade será avaliado, quanto à sua existência, aplicação e efetividade, pela Controladoria-Geral do Município, na forma estabelecida na Instrução Normativa 005/2023 da Controladoria-Geral do Município, sujeitando-se a **CONTRATADA** às sanções previstas na Lei Municipal 12.827/2021, em caso de descumprimento.

CLÁUSULA QUINTA - DA ENTREGA

5.1. Os produtos deverão ser entregues no prazo de até **15 (quinze) dias**, contados do recebimento da nota de empenho ou ordem de compra, que será encaminhada para o **FORNECEDOR** através do e-mail informado pelo mesmo no **ANEXO III - Especificações Técnicas/Modelo de Proposta**.

5.1.1. O prazo de entrega poderá ser prorrogado, quando solicitado pelo **FORNECEDOR**, desde que requerido antes da data limite para o respectivo fornecimento e condicionada à ocorrência de motivo justificado, devidamente comprovado e aceito pela Administração, de acordo com a legislação vigente. A solicitação deverá ser encaminhada, por escrito, diretamente, ao local de entrega constante na Nota de Empenho ou ordem de compra. Caso o processo esteja em fase recursal, as dúvidas serão esclarecidas pela Comissão de Julgamento de Recursos (cjra.dlc@portoalegre.rs.gov.br).

5.1.2. A troca de marca ou de embalagem poderá ser solicitada pelo **FORNECEDOR** a qualquer momento durante a vigência da ata de registro, condicionada à ocorrência de motivo justificado, devidamente comprovado e aceito pela Administração, de acordo com a legislação vigente. A solicitação deverá ser encaminhada pelo Protocolo Virtual, através do site <https://protocolovirtual.portoalegre.rs.gov.br/>. Em caso de deferimento, este deve ser apresentado ao órgão demandante no momento da entrega do material.

5.2. Os locais de entrega serão todos dentro do Município de Porto Alegre, conforme indicação na nota de empenho ou ordem de compra.

5.3. O objeto com preço registrado deverá ser entregue de acordo com as especificações constantes no **INSTRUMENTO I**;

5.3.1. Quando as especificações do material não dispuserem de modo diverso, a **VALIDADE** do produto,

na data de recebimento pelo órgão requisitante, **deverá ter no mínimo 01 (um) ano ou 75% (setenta e cinco por cento) de seu prazo vigente, quando este for inferior a 01 (um) ano.**

5.4. O **FORNECEDOR** deverá comprometer-se a trocar todo o material pertencente a um lote em que tenham sido detectados problemas decorrentes devido a falhas no processo de fabricação ou de transporte inadequado;

5.5. O **FORNECEDOR** deverá atender aos pedidos efetuados durante a vigência da Ata de Registro ainda que, a entrega seja prevista para data posterior ao vencimento da Ata.

5.6. Caso o produto não corresponda ao exigido pelo Edital, o **FORNECEDOR** deverá providenciar, no prazo máximo de até 03 (três) dias úteis, após a solicitação do órgão responsável pela compra, a sua substituição visando ao atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas nesta Ata de Registro, no Decreto nº 11.555/96, na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, e no Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.090/90).

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O prazo do pagamento devido pelo **MUNICÍPIO** é de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento definitivo do objeto licitado, mediante apresentação da nota fiscal/fatura.

6.1.1. O pagamento somente será liberado mediante apresentação da nota fiscal/fatura com a descrição detalhada dos materiais, com a entrega devidamente atestada pela fiscalização do órgão competente designado pela secretaria demandante, acompanhada de qualquer obrigação acessória e/ou necessária, ainda que não especificada neste Edital.

6.1.1.1. A nota fiscal deverá ser apresentada no ato da entrega do material/bem, constando:

6.1.1.1.1 – o número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) fornecido na fase de habilitação da licitação;

6.1.1.1.2 – o número e ano da nota de empenho da demanda a que ela se refere;

6.1.1.1.3 – o número da licitação;

6.1.1.1.4 – se é optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) ou entregar junto o comprovante de adesão a esse regime;

6.1.1.1.5 – o nome e número da agência bancária e número da Conta Corrente, onde deverá ser realizado o pagamento.

6.1.2. Não serão realizados pagamentos diretamente a terceiros contratados pela **CONTRATADA**, conforme a Lei Federal nº 4.320/1964.

6.1.3. A nota fiscal fatura com defeitos ou vícios, ou ainda aquela que não cumprir com o disposto acima, deverá ser retificada/substituída/complementada sendo que o prazo de pagamento reiniciará após a regularização, sem quaisquer ônus para o **MUNICÍPIO**.

6.2. Se o vencimento do prazo para pagamento da fatura ocorrer em feriado, final de semana ou em dia sem expediente na PMPA, este, dar-se-á no primeiro dia útil subsequente ao vencido.

6.3. Os pagamentos serão efetuados mediante crédito em conta corrente, devendo o **FORNECEDOR** informar o número do banco, da agência da conta bancária, podendo ainda ocorrer diretamente junto ao órgão solicitante, ou através de banco credenciado, a critério da Administração.

6.4. O **FORNECEDOR** tem direito ao pagamento de correção monetária incidente sobre os valores das parcelas pagas com atraso, imputável exclusivamente ao **CONTRATANTE**, com base na variação do índice Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) calculado *pro rata die* desde o dia do vencimento do pagamento, conforme o Calendário de Pagamento, até o dia do seu efetivo pagamento.

6.5. O fornecimento deve ser mantido caso o atraso de pagamento não seja superior a 90 (noventa) dias,

contados da data da liquidação, nos termos do disposto no inciso IV do art. 49 da Lei Municipal n.º 881/2020, sob pena de aplicação das sanções cabíveis na hipótese de seu descumprimento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE E REEQUILÍBRIO

7.1. Não será concedido reajuste dos preços registrados.

7.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou materiais registrados, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o ÓRGÃO GERENCIADOR convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

7.3.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

7.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente fundamentado, não puder cumprir o compromisso, o ÓRGÃO GERENCIADOR poderá:

7.4.1. liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

7.4.2. convocar os FORNECEDORES REMANESCENTES, na ordem de classificação, para assegurar igual oportunidade de negociação.

7.4.3. Não havendo êxito nas negociações, o ÓRGÃO GERENCIADOR deverá proceder à revogação, parcial ou integral, da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

7.5. O requerimento deverá ser encaminhado para a Unidade de Registro de Preços (URP) da Diretoria de Licitações e Contratos, através do site <https://protocolovirtual.portoalegre.rs.gov.br/>.

7.6. O órgão gerenciador deverá proferir a decisão final em até 60 (sessenta) dias a contar da entrega completa de toda a documentação comprobatória pelo FORNECEDOR.

7.7. Não poderá haver interrupção do fornecimento até a decisão final do órgão gerenciador, sob pena das aplicações das sanções previstas neste Edital.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

8.1. Fornecer e manter atualizado e-mail e telefone para contato e encaminhamento da Nota de Empenho ou Ordem de Compra.

8.2. Submeter-se à fiscalização do órgão responsável pelo recebimento do objeto registrado. Acatando prontamente as exigências e observações da fiscalização do órgão municipal competente.

8.3. Cumprir os prazos e obrigações estabelecidas neste instrumento.

8.4. Assumir responsabilidades legais, administrativas e técnicas pela execução do fornecimento dos bens adquiridos pelo **MUNICÍPIO**.

8.5. Pagar todos os tributos devidos, referentes à execução da Ata.

8.6. Responsabilizar-se, civil e/ou criminalmente, por todos os atos e omissões que seus empregados direta ou indiretamente, cometerem na área de fornecimento do objeto registrado, indenizando, se for o caso, a parte prejudicada.

- 8.7.** Providenciar as autorizações que se fizerem necessárias às atividades do fornecimento, junto aos órgãos competentes.
- 8.8.** Consultar o órgão fiscalizador, com antecedência, quando houver necessidade de verificação de qualquer situação, a fim de não causar transtorno ou atraso quando da entrega do objeto.
- 8.9.** Prestar toda assistência para o perfeito andamento do fornecimento do objeto.
- 8.10.** Responsabilizar-se pela quantificação e qualificação do objeto a serem fornecidos.
- 8.11.** Observar o prazo de validade do objeto fornecido quando sua especificação assim o requerer.
- 8.12.** Fornecer o objeto dentro do melhor padrão técnico aplicável no intuito de sua perfeita execução e em atendimento às disposições deste instrumento, às especificações do **MUNICÍPIO**, ao Edital e ao processo de licitação, documentos estes que integram o presente, desde que não conflitem com as suas disposições, sendo que as do **MUNICÍPIO** prevalecerão sobre as do **FORNECEDOR**.
- 8.13.** Substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções que por ventura não tenham sido identificados no período de testes.
- 8.14.** O **FORNECEDOR** deverá responsabilizar-se pelos danos causados ao patrimônio que porventura venham a ser ocasionados pelo uso dos produtos fornecidos, confirmados por laudo técnico, assumindo integralmente o ônus pelo conserto do equipamento danificado ou a substituição por equipamento similar ou superior.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

- 9.1.** O órgão responsável pela Ata, Unidade de Registro de Preços (URP-DLC), disponibilizará à empresa fornecedora a Ata de Registro de Preços;
- 9.2.** São obrigações da Unidade de Registro de Preços (URP-DLC):
- 9.2.1.** Atender às solicitações de esclarecimentos do **FORNECEDOR**;
 - 9.2.2.** Cumprir e exigir o cumprimento das obrigações da ata, assim como as demais disposições pertinentes;
 - 9.2.3.** Orientar aos órgãos demandantes quanto às dúvidas encaminhadas;
 - 9.2.4.** - Aplicar ao **FORNECEDOR** as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis.
- 9.3.** São obrigações do órgão demandante:
- 9.3.1.** Realizar a primeira notificação ao **FORNECEDOR**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução dos serviços, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
 - 9.3.1.1.** Em caso de descumprimento por parte do **FORNECEDOR**, o órgão demandante deverá encaminhar à Unidade de Registro de Preços (URP-DLC), através de processo SEI, relato das dificuldades enfrentadas, bem como cópia da notificação que trata o item 9.3.1 e demais documentos pertinentes.
 - 9.3.2.** Inspecionar a execução do fornecimento e a qualificação do objeto entregue, conforme especificações do ato convocatório;
 - 9.3.3.** Inspecionar, periodicamente, os locais de acondicionamento do objeto contratado para verificar, em especial, o cumprimento das rotinas estabelecidas e das solicitações de providências;

CLÁUSULA DEZ – DA FISCALIZAÇÃO DA ATA, DA ENTREGA E DO OBJETO

- 10.1.** A fiscalização quanto à obediência a Ata de Registro de Preços, da entrega e do objeto será exercida, através responsável designado pelo órgão demandante.

10.2. A fiscalização de que trata o item anterior não isenta o **FORNECEDOR** das responsabilidades estabelecidas na presente Ata.

10.3. O fiscalizador deverá observar e fazer cumprir as legislações pertinentes e relativas à matéria.

CLÁUSULA ONZE – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Ficará impedido de licitar e de contratar com o Município e será descredenciado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e na Ata de Registro de Preços e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que:

11.1.1 - não mantiver a habilitação exigida no edital;

11.1.2 - apresentar documentação falsa;

11.1.3 - causar o atraso na execução do objeto;

11.1.4 - não mantiver a proposta;

11.1.5 - falhar na execução do contrato;

11.1.6 - fraudar a execução do contrato;

11.1.7- comportar-se de modo inidôneo;

11.1.8 - declarar informações falsas; e

11.1.9 - cometer fraude fiscal.

11.2. O licitante sujeitar-se-á, ainda, as sanções de: advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos, e declaração de inidoneidade, sendo que a sanção de impedimento descrita no item anterior, a suspensão temporária e a declaração de inidoneidade poderão ser cumuladas com multa, sem prejuízo do cancelamento da Ata de Registro de Preços.

11.3. As multas poderão ser cumulativas, reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo.

11.4. Na hipótese de atraso na entrega do material, será aplicada multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor total da aquisição, até o limite de 20% (vinte por cento).

11.5. Aplica-se o disposto no item anterior o caso de atraso injustificado do prazo estabelecido para substituição, correção ou reparação do artigo rejeitado, considerando para a cobrança da multa e para o cancelamento da Ata de Registro de Preços, o prazo estabelecido para a substituição do artigo.

11.6. Em caso de atraso superior a 30 dias, a partir do 31º (trigésimo primeiro) o **MUNICÍPIO**, a seu exclusivo critério, poderá recusar o recebimento do material, cancelando a Ata de Registro de Preços e aplicando as sanções referentes à inexecução parcial ou total, conforme o caso.

11.7. O **MUNICÍPIO**, a seu critério, poderá convocar, pela ordem, as demais Licitantes classificadas para assumirem o objeto da presente Ata de Registro de Preços.

11.8. No descumprimento de quaisquer outras obrigações, excetuada a hipótese de não cumprimento de prazos, poderá ser aplicada uma multa indenizatória de até **10%** (dez por cento) do valor total da aquisição.

11.8.1. Será aplicada multa de 0,08% (zero vírgula zero oito por cento) por dia, incidente sobre o valor atualizado do contrato, limitado a 10% (dez por cento) do valor atualizado do contrato, em caso de descumprimento das exigências do Programa de Integridade, nos termos do art. 36 e seguintes da Lei Municipal 12.827/2021.

11.9. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da(s) fatura(s), cobrada judicialmente ou extrajudicialmente, a critério do **MUNICÍPIO**.

11.10. Da intenção de aplicação de quaisquer das penalidades previstas, será concedido prazo para defesa

prévia de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação.

11.11. Da aplicação da sanção caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da publicação no DOPA.

11.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas e publicadas, esgotada a fase recursal, no Cadastro de Fornecedores do Município, e no caso de impedimento do direito de licitar e contratar, o licitante terá seu cadastro cancelado por igual período.

CLÁUSULA DOZE – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

12.1. O registro do **FORNECEDOR** poderá ser cancelado, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

12.1.1. Pelo MUNICÍPIO, quando:

12.1.1.1. O **FORNECEDOR** não cumprir as exigências contidas no edital ou Ata de Registro de Preços;

12.1.1.2. O **FORNECEDOR**, injustificadamente, não aceitar a nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo **MUNICÍPIO**;

12.1.1.3. O **FORNECEDOR** incorrer em um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal n.º 8.666/93, e alterações posteriores;

12.1.1.4. O **FORNECEDOR** perder alguma das condições de habilitação durante a vigência da Ata;

12.1.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;

12.1.1.6. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas na forma do inciso XII do art. 78 da Lei Federal n.º 8.666/93, e alterações posteriores.

12.1.2. Pelo FORNECEDOR, quando:

12.1.2.1. Mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços.

12.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo órgão gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

12.2.1. O órgão gerenciador deverá proferir a decisão no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após o envio do pedido que deverá conter toda a documentação comprobatória.

12.2.2. Caso não aceitas as razões do pedido de cancelamento, fica facultada à Administração a aplicação das penalidades/sanções previstas.

12.3. A comunicação do cancelamento do registro do **FORNECEDOR**, nos casos previstos no item 12.1.1, será feita por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

12.4. No caso do **FORNECEDOR** encontrar-se em lugar ignorado, incerto ou inacessível, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial de Porto Alegre, considerando-se cancelado o registro do **FORNECEDOR**, a partir do quinto dia útil, contado da publicação.

12.5. A solicitação **FORNECEDOR** para cancelamento do registro de preços, não o desobriga do fornecimento, até a decisão final do órgão gerenciador, a qual deverá ser proferida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após o envio do pedido contendo toda a documentação comprobatória, facultada à Administração a aplicação das penalidades/sanções previstas no edital, caso não aceitas as razões do pedido do cancelamento.

CLÁUSULA TREZE – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes das solicitações do objeto correrão por conta das dotações orçamentárias e financeiras próprias dos órgãos da Administração Pública Municipal de Porto Alegre participantes do SRP.

CLÁUSULA QUATORZE – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Fica o **FORNECEDOR** vinculado, até o término da presente Ata de Registro, às condições do Edital convocatório, seus anexos e a sua proposta, que independentemente de traslado fazem parte integrante deste instrumento.

14.2 - Para todos os efeitos legais, visando a exata caracterização do objeto, além de estabelecer procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, bem assim elencar as responsabilidades do **FORNECEDOR**, integram esta Ata de Registro de Preços, como se nele estivessem transcritos, com todos os seus anexos, os seguintes documentos:

14.2.1 - Edital de Pregão Eletrônico nº 661/2023, com todos os seus Anexos;

14.2.2 - Proposta do **FORNECEDOR**;

14.3 - Os documentos referidos na presente Cláusula são considerados suficientes para, em complemento a esta Ata de Registro de Preços, definir a sua extensão, as suas obrigações, e, desta forma, reger a execução do objeto.

CLÁUSULA QUINZE – DO FORO

15.1. Para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos, oriundos da presente Ata de Registro fica eleito o Foro da cidade de Porto Alegre, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

E assim por estarem justos e acertados, é firmada a presente Ata de Registro de Preços, por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do **MUNICÍPIO**.

INSTRUMENTO I

Item	Código	Especificação do Objeto	Unidade	Quant.	Valor Unit. (R\$)	Total Item (R\$)
1	57117	APAGADOR PARA QUADRO BRANCO MAGNETIZADO, 50 X 125 X 25MM APROX., IMANTADO. MARCA: MASTERPRINT	PC	670	2,70	1.809,00
6	1000041	APONTADOR PARA LÁPIS, MANUAL, PLÁSTICO, PORTÁTIL, SEM COPO, 1 LÂMINA, TIPO COLEGIAL. MARCA: MASTERPRINT	PC	1.400	0,20	280,00

7	1000058	ATILHO DE BORRACHA PURA (SUPER ELÁSTICO) SEÇÃO QUADRADA 1 X 1MM OU SEÇÃO EQUIVALENTE, COMPRIMENTO TOTAL 17CM APROX. MARCA: PREMIER	KG	1.030	21,00	21.630,00
13	1000744	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 26/6, COBREDO OU GALVANIZADO. CAIXA COM 5000 UNIDADES. MARCA: MASTERPRINT	CX	1.460	3,20	4.672,00
14	1001056	PERCEVEJO, CAIXA COM 100 UNIDADES. MARCA: JOCAR	CX	710	2,15	1.526,50
18	1008846	LÁPIS DE COR,CAIXA COM 12 PEÇAS DE CORES DIFERENTES, TAMANHO GRANDE, INTEIROS. MARCA: MASTERPRINT	CX	440	3,00	1.320,00
19	1008895	PAPEL, TIPO CONTACT, INCOLOR, TRANSPARENTE, LARGURA 45CM APROX. MARCA: POLIFIX	M	3.800	2,00	7.600,00
24	1045814	ESTILETE ESTREITO, ESTOJO COM 1 LÂMINA EM AÇO DE ALTA RESISTÊNCIA COM TRAVA DE SEGURANÇA. MARCA: MASTERPRINT	PC	380	0,55	209,00
27	1083252	LÍQUIDO CORRETIVO BRANCO, A BASE DE ÁGUA, INODORO, PARA CORREÇÃO DE ESFEROGRÁFICA, DATILOGRAFIA E IMPRESSÕES EM GERAL, NÃO TÓXICO. SECAGEM RÁPIDA. FRASCO COM 18ML. APROXIMADAMENTE. MARCA: FRAMA	FR	2.180	1,55	3.379,00

28	1083294	CANETA MARCA-TEXTO (SALIENTADOR) COM PONTA DE FIBRA CHANFRADA, PARA TRAÇOS DE 1 A 4MM, TINTA FLUORESCENTE COR LARANJA, TRANSPARENTE, QUE SE FIXE SOBRE TINTA ESFEROGRÁFICA, LÁPIS E IMPRESSÕES EM GERAL, COM NO MÍNIMO 12CM DE COMPRIMENTO. MARCA: MASTERPRINT	PC	1.470	0,80	1.176,00
34	1083435	COLA BRANCA LÍQUIDA, BAIXO TEOR DE ÁGUA, SECAGEM RÁPIDA, NÃO TÓXICA, LAVÁVEL, TUBO PLÁSTICO COM BICO APLICADOR, A BASE DE PVA. 40 GRAMAS APROX. MARCA: GATTE	TB	3.730	0,80	2.984,00
35	1084276	PERFURADOR METÁLICO PARA PAPÉIS, DE MESA ALTA RESISTÊNCIA, RÉGUA MEDIDORA PARA AUXILIAR ENCAIXE E PERFURAÇÃO, CAPACIDADE MÍNIMA 20 FOLHAS, 2 FUROS. MARCA: MASTERPRINT	PC	480	11,50	5.520,00



Documento assinado eletronicamente por **Geraldo Daros, Usuário Externo**, em 08/03/2024, às 11:07, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Leticia Novello Cezarotto, Diretor(a)**, em 08/03/2024, às 18:00, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.procempa.com.br/autenticidade/seipmpa> informando o código verificador **27741702** e o código CRC **8DF89312**.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PATRIMÔNIO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - SMAP

PROCESSO ADMINISTRATIVO 23.0.000124829-4
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 661/2023

O **MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE**, através da **DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PATRIMÔNIO – SMAP**, com sede na Rua Uruguai, nº 277, 11º andar, Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP: 90010-140, torna público para conhecimento de todos os interessados que no dia e hora constantes no AVISO DE ABERTURA publicado, será realizada licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **“MENOR PREÇO”**, que será regido pela Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, pelo Decreto Municipal nº 20.587/20, pela Lei Complementar Municipal nº 881/2020, pela Lei Municipal nº 12.827/2021 e pelo Decreto Municipal nº 11.555/1996, além das demais disposições legais aplicáveis, e pelas condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos.

A informação dos dados para participação deverá ser feita através do site www.portaldecompraspublicas.com.br

QUADRO RESUMO DA CONTRATAÇÃO

OBJETO:REGISTRO DE PREÇO DE MATERIAL ESCRITÓRIO - APAGADOR, TESOURA, FITA DUPLA FACE, ALMOFADA PARA CARIMBO, APONTADOR PARA LÁPIS, ATILHO DE BORRACHA, BORRACHAS, CADERNETA, GRAMPO, PERCEVEJO, PORTA CRACHÁ FLEXÍVEL, PRANCHETA, RÉGUA, LÁPIS DE COR, PAPEL TIPO CONTACT, PAPEL KRAFT, CANETA HIDROGRÁFICA, PAPEL OFF-SET, ESTILETE LARGO, ESTILETE ESTREITO, LÂMINA LARGA, BOBINA TÉRMICA, LÍQUIDO CORRETIVO, CANETA MARCA-TEXTO, CANETA ESFEROGRÁFICA, CANETA PARA RETROPROJETOR, COLA BRANCA, PERFURADOR METÁLICO PARA PAPEL	
VALOR ESTIMADO: R\$ 616.289,97 (seiscentos e dezesseis mil duzentos e oitenta e nove reais e noventa e sete centavos)	MODO DE DISPUTA: Aberto
DATA DA DISPUTA: Conforme aviso de abertura	ADMITE PROPOSTA COM QUANTITATIVO ABAIXO DO ESTIMADO?: NÃO
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO UNITÁRIO	BENEFÍCIO ME/EPP: CONFORME ITEM 9.1 DO EDITAL

TEMPO DE DISPUTA: Durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

REFERÊNCIA DE TEMPO: para todas as referências de tempo será considerado o horário de Brasília-DF.

1 - DO OBJETO

1.1 - O presente Pregão Eletrônico tem por objeto o Registro de Preço de material escritório - apagador, tesoura, fita dupla face, almofada para carimbo, apontador para lápis, atilho de borracha, borrachas, caderneta, grampo, percevejo, porta crachá flexível, prancheta, régua, lápis de cor, papel tipo contact, papel kraft, caneta hidrográfica, papel off-set, estilete largo, estilete estreito, lâmina larga, bobina térmica, líquido corretivo, caneta marca-texto, caneta esferográfica, caneta para retroprojektor, cola branca, perfurador metálico para papel, para a Administração Pública Municipal, conforme especificações constantes no **ANEXO III – Especificações Técnicas/Modelo de Proposta**, integrante do presente Edital.

1.2. Serão considerados participantes do Sistema de Registro de Preço os órgãos da Administração Pública Municipal Direta, as entidades da Administração Pública Municipal Indireta e o Legislativo Municipal.

1.3. O Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica -CNPJ dos participantes do Sistema de Registro de Preço segue abaixo:

1.3.1. MUNICÍPIO PORTO ALEGRE , CNPJ nº 92963560/0001-60;

1.3.2. CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, CNPJ nº 89522437/0001-07;

1.3.3. DMLU, CNPJ nº 88.017.272/0001-45;

1.3.4. DMAE, CNPJ nº 92924901/0001-98;

1.3.5. DEMHAB, CNPJ nº 92965870/0001-13;

1.3.6. FASC, CNPJ nº 89525901/0001-00;

1.3.7. PREVIMPA, CNPJ nº 05332568/0001-23;

2 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 - Somente poderão participar desta Licitação as empresas que preencham as condições estabelecidas neste Edital.

2.2 - Estarão **impedidas** de participar da presente licitação as empresas:

2.2.1 - proibidas de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

2.2.2 - que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

2.2.3 - que estiverem em regime de falência, concordata, dissolução, liquidação ou concurso de credores;

2.2.4 - que tenham um mesmo procurador ou representante legal ou credenciado representando licitantes distintos, que concorram entre si;

2.2.5 - que tenham em sua composição societária sócios em comum, gerentes ou diretores, que concorram entre si;

2.2.6 - que tenham sócios, diretores, gerentes, empregados, representantes legais ou responsáveis técnicos que sejam servidores públicos do Município de Porto Alegre ou de qualquer entidade que integre sua administração indireta.

2.2.7 - que realizaram doações em dinheiro, ou bem estimáveis em dinheiro, para partido político ou campanha eleitoral de candidato a cargo eletivo, a contar do dia 02 de outubro de 2015.

2.2.8 - nas quais haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

a) detentor de cargo político, em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação;

b) servidor efetivo ou de pessoa com vínculo de trabalho municipal remunerado que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou

c) autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

2.2.8.1. - Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau.

2.2.9 - reunidas sob a forma de consórcio.

2.3 - O tratamento destinado à participação de licitantes que se enquadrarem como microempresas ou empresas de pequeno porte, assim definidas em Lei, encontra-se discriminado no item 9.1 do Edital.

3 - DO PROCEDIMENTO

3.1 - O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases, com apoio técnico e operacional da Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre – PROCEMPA.

3.2 - O certame será realizado através da utilização do Portal Eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

3.3 - Os trabalhos serão conduzidos por servidor da Diretoria de Licitações e Contratos da Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio, denominado "Pregoeiro", com o suporte de sua Equipe de Apoio, os quais, juntamente com a autoridade competente do órgão promotor da licitação, formam o conjunto de operadores do sistema do Pregão Eletrônico.

3.4 - Impugnações ao ato convocatório do pregão e Recursos caberão na forma especificada nos itens 5 e 12 do Edital que tratam da Impugnação, Esclarecimentos ao Edital e dos Recursos.

4 - DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA E DA EFETIVA PARTICIPAÇÃO

4.1 - Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas junto ao site www.portaldecompraspublicas.com.br.

4.2 - Os interessados deverão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no sistema.

4.3 - Em sendo sócio, proprietário ou dirigente (ou assemelhado) da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidora.

4.4 - A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa justificada do Portal de Compras Públicas.

4.5 - É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso, em quaisquer transações efetuadas diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Portal de Compras Públicas, ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.6 - O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica na responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

4.7 - A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando data, horário e limites estabelecidos.

4.8 - O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas no Edital. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

4.9 - Caberá ao licitante acompanhar todas as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, bem como as mensagens disponibilizadas através do site, desde a data da publicação do Edital até a sua homologação, ficando a Administração isenta de quaisquer responsabilidades diante da inobservância das mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão deste.

4.10 - As Licitantes que desejarem obter os benefícios de preferência concedidos às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e às demais pessoas jurídicas a elas legalmente equiparadas deverão declarar, em campo próprio do sistema, sob as penas da Lei, que cumprem com os requisitos legais, estando aptas a usufruir o tratamento diferenciado estabelecido, nos termos do **artigos 43 a 49**, da Lei Complementar Federal nº 123/06 e Lei Complementar Federal nº 147/14 ou da Lei Federal nº 11.488/07.

4.10.1 - O tratamento dado às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte será informado no Portal Eletrônico.

4.10.2 - As licitantes que se declararem beneficiárias das Lei Complementar Federal nº 123/06, Lei Complementar Federal nº 147/14 e Lei Federal nº 11.488/07 e **NÃO COMPROVAREM OS REQUISITOS LEGAIS PARA TAL ENQUADRAMENTO** serão inabilitadas e poderão estar sujeitas às sanções previstas no Edital e legislação pertinente.

4.10.3 - A comprovação dos requisitos tratada neste item se dará em conformidade com a apresentação dos documentos para habilitação exigidos no **ANEXO I – Documentação Habilitatória** deste edital;

5 - DA IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTOS AO EDITAL

5.1 - Impugnações e esclarecimentos ao ato convocatório do pregão **serão recebidas até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da licitação.**

5.1.1 - As Impugnações e os esclarecimentos deverão ser enviados através de campo próprio do sistema no site www.portaldecompraspublicas.com.br.

5.1.2 - O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

5.1.3 - Caberá ao pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de 2 (dois) dias úteis a partir da data de recebimento da impugnação, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

5.1.4 - Deferida a impugnação do ato convocatório, será designada nova data para realização do certame.

5.2 - As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

5.3 - Não serão conhecidas as impugnações apresentadas fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

6 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

6.1.1 - Para licitantes que possuem filiais os documentos apresentados deverão ser do CNPJ cadastrado no site, ou seja, se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial, com exceção dos documentos que são válidos para a matriz e todas as filiais.

6.2 - O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha e somente será efetivado mediante as seguintes declarações eletrônicas, exigidas pelo sistema:

6.2.1 - Declaração de Conhecimento do Edital;

6.2.2 - Declaração de Inexistência de Impeditivos;

6.2.3 - Declaração de Não-Emprego de Menores; e

6.2.4 - Declaração Negativa de Doação Eleitoral.

6.3 - Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

6.4 - As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

6.5 - Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.6 - Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

6.7 - Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.8 - Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7- DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1 - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1 - Valor **unitário** do **ITEM**;

7.1.2 - A Marca ofertada, podendo ser ofertada mais de uma marca, mantendo preço único;

7.2 - Os licitantes deverão apresentar proposta de **MENOR PREÇO** utilizando 2 (duas) casas depois da vírgula.

7.2.1. Somente serão aceitas propostas com até quatro casas decimais para valores inferiores a um real ;

7.3 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o FORNECEDOR.

7.4 - O preço proposto deverá ser completo abrangendo todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), mão de obra, prestação do serviço, fornecimento de mão de obra especializada, leis sociais, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal, traslado, seguro do pessoal utilizado nos serviços contra riscos de acidente de trabalho, cumprimento de todas as obrigações que a legislação trabalhista e previdenciária imposta ao empregador e qualquer despesa acessória e/ou necessária, não especificada neste edital.;

7.4.1 - A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários.

7.5 - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõem as especificações do bem/material licitado, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos.

7.6 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.7 - O **MUNICÍPIO** é considerado consumidor final, sendo que o licitante deverá obedecer ao fixado no art. 155, § 2º, inciso VII da Constituição Federal.

7.8 - O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

8 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2 - O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas.

8.2.1 - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.3 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.5 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.5.1 - O lance deverá ser ofertado pelo valor **UNITÁRIO** do item em disputa.

8.5.2 - **O intervalo mínimo de diferença entre os lances será de R\$ 0,01 (um centavo), que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.**

8.5.3 - Para os lances com valor inferior a um real, **o intervalo mínimo de diferença entre os lances será de R\$ 0,0001 (um décimo de milésimo de real), que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.**

8.6 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.7 - Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.8 - A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.9 - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.10 - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á

automaticamente.

8.11 - Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

8.12 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.13 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.14 - A manifestação de desistência do lance durante a fase de disputa deverá ser enviada exclusivamente pelo site da disputa e será analisada pelo Pregoeiro.

8.15 - No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retomando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.

8.16 - Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.17 - O critério de julgamento adotado será o **MENOR VALOR UNITÁRIO**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

8.18 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.19 - Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese, conforme descrito nos **itens 8.20 a 8.24**.

8.19.1- Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do **item 8.19**, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

8.19.2- Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

8.19.3- Caso a licitação seja exclusiva para participação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, não se aplica o previsto nos itens 8.20 a 8.23.

8.20 - Será assegurada como primeiro critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, conforme a Lei Complementar Federal nº 123/06.

8.21 - O sistema identificará as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.

8.21.1 - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.21.2 - A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.22 - Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.23 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontre no intervalo de 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, o sistema fará a identificação e aplicará o critério da Lei Complementar Federal nº 123/06.

8.24- Persistindo o empate ou havendo o empate em licitação exclusiva para participação de Microempresa e Empresa

de Pequeno Porte, será assegurada a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

8.24.1 - produzidos no País;

8.24.2- produzidos ou prestados por empresas brasileiras.

8.24.3 - produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

8.24.4 - produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

8.25 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.25.1 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.25.2 - O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 03 (três) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.26 - Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8.27 - Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

9 - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

9.1 -Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação, **conforme tabela abaixo**, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 24 do Decreto n.º 20.587/20:

Item	Código	Especificação do Objeto	Unidade	Quant.	Valor Unit. (R\$)	Total Item (R\$)	Benefício ME/EPP
1	57117	APAGADOR PARA QUADRO BRANCO MAGNETIZADO, 50 X 125 X 25MM APROX., IMANTADO. INDICAR MARCA.	PC	670	3,5000	2.345,00	EXCLUSIVO
2	182675	TESOURA PARA USO GERAL, CABO PLÁSTICO, LÂMINAS EM AÇO INOX, 180MM APROX. INDICAR MARCA E REFERÊNCIA.	PC	1.480	4,2800	6.334,40	EXCLUSIVO
3	720425	FITA DUPLA FACE INCOLOR, MEDINDO 12MM X 20M. INDICAR MARCA.	RL	700	6,0300	4.221,00	EXCLUSIVO
4	728345	TESOURA PROFISSIONAL DE COSTURA, EM AÇO INOX, APROXIMADAMENTE 10 POLEGADAS (25,4 CM), COM CABO ANATÔMICO DE POLIPROPILENO E ANÉIS INTERNOS EMBORRACHADOS. INDICAR MARCA.	PC	380	9,3500	3.553,00	EXCLUSIVO

5	1000025	ALMOFADA PARA CARIMBO, 7 X 11CM APROX, SEM ENTINTAMENTO. INDICAR MARCA E MEDIDAS.	PC	820	4,5200	3.706,40	EXCLUSIVO
6	1000041	APONTADOR PARA LÁPIS, MANUAL, PLÁSTICO, PORTÁTIL, SEM COPO, 1 LÂMINA, TIPO COLEGIAL. INDICAR MARCA.	PC	1.400	0,3900	546,00	EXCLUSIVO
7	1000058	ATILHO DE BORRACHA PURA (SUPER ELÁSTICO) SEÇÃO QUADRADA 1 X 1MM OU SEÇÃO EQUIVALENTE, COMPRIMENTO TOTAL 17CM APROX. INDICAR MARCA.	KG	1.030	22,0000	22.660,00	EXCLUSIVO
8	1000116	BORRACHA BICOLOR PARA LÁPIS, BRANCA E CINZA. INDICAR MARCA.	PC	160	0,8900	142,40	EXCLUSIVO
9	1000140	BORRACHA PARA APAGAR LÁPIS E TINTA, VERMELHO AZUL. INDICAR MARCA.	PC	170	0,6638	112,85	EXCLUSIVO
10	1000157	BORRACHA VERDE PARA DESENHO. INDICAR MARCA.	PC	220	0,8430	185,46	EXCLUSIVO
11	1000165	CADERNETA 1/4 DE ALMAÇO PAUTADO, CARTONADA, PAPEL 24/28KG. APROX. COM 100 FOLHAS. INDICAR MARCA.	PC	1.780	6,2000	11.036,00	EXCLUSIVO
12	1000603	FITA ADESIVA TRANSLÚCIDA (FITA MÁGICA) 12MM X 33M APROX. INDICAR MARCA.	RL	730	9,2000	6.716,00	EXCLUSIVO
13	1000744	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 26/6, COBREADO OU GALVANIZADO. CAIXA COM 5000 UNIDADES. INDICAR MARCA.	CX	1.460	4,6000	6.716,00	EXCLUSIVO
14	1001056	PERCEVEJO, CAIXA COM 100 UNIDADES. INDICAR MARCA.	CX	710	2,2700	1.611,70	EXCLUSIVO
15	1001106	PORTA-CRACHA DE PVC FLEXÍVEL, INCOLOR E TRANSPARENTE, CRISTAL, COM PRENDEDOR DE MOLA METÁLICO MÓVEL,C/ ABERTURA LATERAL PARA INSERÇÃO, FORMATO 95 X 60MM APROX. INDICAR MARCA E FORMATO.	PC	6.620	1,2200	8.076,40	EXCLUSIVO
16	1001114	PRANCHETA DE EUCATEX,COM PEGA PAPEL,36 X 24CM APROX. INDICAR MARCA E FORMATO.	PC	1.320	4,4700	5.900,40	EXCLUSIVO

17	1001130	RÉGUA EM PVC, 30CM, INCOLOR, TRANSPARENTE, COM DIVISÃO DE CENTÍMETROS E MILÍMETROS. INDICAR MARCA.	PC	1.520	2,5500	3.876,00	EXCLUSIVO
18	1008846	LÁPIS DE COR, CAIXA COM 12 PEÇAS DE CORES DIFERENTES, TAMANHO GRANDE, INTEIROS. INDICAR MARCA.	CX	440	3,1500	1.386,00	EXCLUSIVO
19	1008895	PAPEL, TIPO CONTACT, INCOLOR, TRANSPARENTE, LARGURA 45CM APROX. INDICAR MARCA.	M	3.800	2,6500	10.070,00	EXCLUSIVO
20	1010065	PAPEL KRAFT PURO, MONOLÚCIDO, 60G/M2, USO EM ESTERILIZAÇÃO, LARG. 60CM, BOBINA COM 13 A 16KG. INDICAR MARCA.	BO	1.400	100,8000	141.120,00	DESEMPATE
21	1019793	CANETA HIDROGRÁFICA, ESTOJO COM 24 CORES DIFERENTES. INDICAR MARCA.	ES	8.330	17,5600	146.274,80	DESEMPATE
22	1019918	PAPEL QUALIDADE OFF-SET, COR BRANCA, FOR MATO 66 X 96 CM, GRAMATURA 90 G/M2.	FL	7.340	0,8767	6.434,98	EXCLUSIVO
23	1045806	ESTILETE LARGO, LÂMINA 18MM, CORPO EM AÇO INOX RECOBERTO COM MATERIAL SINTÉTICO DE ALTO IMPACTO, FORMATO ANATÔMICO, CABO COM RANHURAS PARA PERMITIR CORTE FIRME. INDICAR MARCA.	PC	860	7,8600	6.759,60	EXCLUSIVO
24	1045814	ESTILETE ESTREITO, ESTOJO COM 1 LÂMINA EM AÇO DE ALTA RESISTÊNCIA COM TRAVA DE SEGURANÇA. INDICAR MARCA.	PC	380	1,0600	402,80	EXCLUSIVO
25	1045822	LÂMINA LARGA, 18MM, PARA ESTILETE, EM AÇO INOX DE ALTA RESISTÊNCIA, COM RANHURAS PARA DESCARTE DE SEÇÕES DESGASTADAS, EMBALAGEM COM 10 PEÇAS APROX. INDICAR MARCA.	PC	610	3,2600	1.988,60	EXCLUSIVO
26	1079748	BOBINA DE PAPEL TÉRMICO, PARA EMISSÃO DE SENHAS, "THERMO-SCRIPT" PARA ECF/PDV, 1 VIA, AMARELA, 57MM X 22M, 55G/M2, PARA EMISSOR DE SENHAS DA MARCA SPECTO E SIMILARES. INDICAR MARCA.	BO	730	2,9800	2.175,40	EXCLUSIVO

27	1083252	LÍQUIDO CORRETIVO BRANCO, A BASE DE ÁGUA, INODORO, PARA CORREÇÃO DE ESFEROGRÁFICA, DATILOGRAFIA E IMPRESSÕES EM GERAL, NÃO TÓXICO. SECAGEM RÁPIDA. FRASCO COM 18ML. APROXIMADAMENTE. INDICAR MARCA. ENVIAR AMOSTRA.	FR	2.180	1,8700	4.076,60	EXCLUSIVO
28	1083294	CANETA MARCA-TEXTO (SALIENTADOR) COM PONTA DE FIBRA CHANFRADA, PARA TRAÇOS DE 1 A 4MM, TINTA FLUORESCENTE COR LARANJA, TRANSPARENTE, QUE SE FIXE SOBRE TINTA ESFEROGRÁFICA, LÁPIS E IMPRESSÕES EM GERAL, COM NO MÍNIMO 12CM DE COMPRIMENTO. INDICAR MARCA.	PC	1.470	1,9700	2.895,90	EXCLUSIVO
29	1083369	BORRACHA BRANCA PARA LÁPIS, MACIA, NÚMERO 20, ATÓXICA. INDICAR MARCA.	PC	3.380	0,6565	2.218,97	EXCLUSIVO
30	1083377	CANETA ESFEROGRÁFICA, COR AZUL, ESCRITA MÉDIA, CORPO EM PLÁSTICO TRANSPARENTE, SEXTAVADO, PONTA DE METAL E ESFERA DE TUNGSTÊNIO, CORPO COM ORIFÍCIO PARA RESPIRO, COM MARCA IMPRESSA NO CORPO DA MESMA. CARGA CHEIA (COMPLETA) REMOVÍVEL, NÃO ROSQUEADA, TAMPA CÔNICA VENTILADA E TAMPÃO SUPERIOR DE PRESSÃO, COMPRIMENTO TOTAL DE 15CM (COM TAMPA), FABRICAÇÃO NACIONAL. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E DATA DE VALIDADE. INDICAR MARCA.	PC	46.970	0,9800	46.030,60	EXCLUSIVO

31	1083385	CANETA ESFEROGRÁFICA, COR PRETA, ESCRITA MÉDIA, CORPO EM PLÁSTICO TRANSPARENTE, SEXTAVADO, PONTA DE METAL E ESFERA DE TUNGSTÊNIO, CORPO COM ORIFÍCIO PARA RESPIRO, COM MARCA IMPRESSA NO CORPO DA MESMA. CARGA CHEIA (COMPLETA) REMOVÍVEL, NÃO ROSQUEADA, TAMPA CÔNICA VENTILADA E TAMPÃO SUPERIOR DE PRESSÃO, COMPRIMENTO TOTAL DE 15CM (COM TAMPA), FABRICAÇÃO NACIONAL, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E DATA DE VALIDADE. INDICAR MARCA.	PC	7.920	0,8373	6.631,42	EXCLUSIVO
32	1083393	CANETA ESFEROGRÁFICA, COR VERMELHA, ESCRITA MÉDIA, CORPO EM PLÁSTICO TRANSPARENTE, SEXTAVADO, PONTA DE METAL E ESFERA DE TUNGSTÊNIO, CORPO COM ORIFÍCIO PARA RESPIRO, COM MARCA IMPRESSA NO CORPO DA MESMA. CARGA CHEIA (COMPLETA)E REMOVÍVEL, NÃO ROSQUEADA, TAMPA CÔNICA VENTILADA E TAMPÃO SUPERIOR DE PRESSÃO, COMPRIMENTO TOTAL DE 15CM (COM TAMPA), FABRICAÇÃO NACIONAL, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E DATA DE VALIDADE. INDICAR MARCA.	PC	6.660	0,8015	5.337,99	EXCLUSIVO
33	1083419	CANETA PARA RETROPROJETOR, PARA ESCRITA EM ACETATO, PVC E POLIESTER. PONTA DE POLIESTER COM DIÂMETRO DE 2,0MM. TINTA À PROVA DE ÁGUA. COR AZUL, VIVA E PERMANENTE. INDICAR MARCA.	PC	4.610	3,1700	14.613,70	EXCLUSIVO
34	1083435	COLA BRANCA LÍQUIDA, BAIXO TEOR DE ÁGUA, SECAGEM RÁPIDA, NÃO TÓXICA, LAVÁVEL, TUBO PLÁSTICO COM BICO APLICADOR, A BASE DE PVA. 40 GRAMAS APROX. INDICAR MARCA.	TB	3.730	1,0800	4.028,40	EXCLUSIVO

35	1084276	PERFURADOR METÁLICO PARA PAPÉIS, DE MESA ALTA RESISTÊNCIA, RÉGUA MEDIDORA PARA AUXILIAR ENCAIXE E PERFURAÇÃO, CAPACIDADE MÍNIMA 20 FOLHAS, 2 FUROS. INDICAR MARCA. ENVIAR AMOSTRA OU CATÁLOGO DO FABRICANTE.	PC	480	19,4500	9.336,00	EXCLUSIVO
36	1089192	CANETA ESFEROGRÁFICA, COR AZUL, ESCRITA FINA, CORPO EM PLÁSTICO TRANSPARENTE, SEXTAVADO, PONTA DE METAL E ESFERA DE TUNGSTÊNIO, CORPO COM ORIFÍCIO PARA RESPIRO, COM MARCA IMPRESSA NO CORPO DA MESMA. CARGA CHEIA(COMPLETA)E REMOVÍVEL, NÃO ROSQUEADA, TAMPA CÔNICA VENTILADA E TAMPÃO SUPERIOR DE PRESSÃO, COMPRIMENTO TOTAL DE 15CM (COM TAMPA), FABRICAÇÃO NACIONAL. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E DATA DE VALIDADE. INDICAR MARCA.	PC	3.760	0,7808	2.935,81	EXCLUSIVO
37	1089200	CANETA ESFEROGRÁFICA, COR PRETA, ESCRITA FINA, CORPO EM PLÁSTICO TRANSPARENTE, SEXTAVADO, PONTA DE METAL E ESFERA DE TUNGSTÊNIO, CORPO COM ORIFÍCIO PARA RESPIRO, COM MARCA IMPRESSA NO CORPO DA MESMA. CARGA CHEIA(COMPLETA)E REMOVÍVEL, NÃO ROSQUEADA, TAMPA CÔNICA VENTILADA E TAMPÃO SUPERIOR DE PRESSÃO, COMPRIMENTO TOTAL DE 15CM (COM TAMPA), FABRICAÇÃO NACIONAL. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E DATA DE VALIDADE. INDICAR MARCA.	PC	1.440	0,7921	1.140,62	EXCLUSIVO

38	1089218	CANETA ESFEROGRÁFICA, COR VERMELHA, ESCRITA FINA, CORPO EM PLÁSTICO TRANSP., SEXTAVADO, PONTA DE METAL E ESFERA DE TUNGSTÊNIO, CORPO COM ORIFÍCIO PARA RESPIRO, COM MARCA IMPRESSA NO CORPO DA MESMA. CARGA CHEIA(COMPLETA)E REMOVÍVEL, NÃO ROSQUEADA, TAMPA CÔNICA VENTILADA E TAMPÃO SUPERIOR DE PRESSÃO, COMPRIMENTO TOTAL DE 15CM (COM TAMPA), FABRICAÇÃO NACIONAL. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E DATA DE VALIDADE. INDICAR MARCA.	PC	1.130	0,8890	1.004,57	EXCLUSIVO
39	1098151	BOBINA TÉRMICA UMA VIA PARA IMPRESSORA ZEBRA MODELOS TLP 2844 E S4M, TAMANHO 100MM X 80M, TUBETE COM 25MM APROX., GRAMATURA 56G/M2. INDICAR MARCA.	BO	5.130	21,4200	109.884,60	DESEMPATE
40	2001867	TESOURA EM AÇO INOXIDÁVEL, CABO EM POLIPROPILENO, LÂMINAS COM 9 CM DE CORTE, PONTAS FINAS. COMPRIMENTO TOTAL APROXIMADO: 20 CM. INDICAR MARCA	PC	270	6,6800	1.803,60	EXCLUSIVO

9.1.1 - O procedimento para a aprovação da(s) marca(s) ofertada(s) está previsto no ANEXO III – Especificação do Objeto / Modelo de Proposta de Preço.

9.2 - Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que:

9.2.1 - não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

9.2.2 - contenha vício insanável ou ilegalidade;

9.2.3 - não apresente as especificações técnicas exigidas no Edital;

9.2.4 - apresentar preço final superior ao preço estimado pelo Município (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

9.2.4.1 - Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

9.2.4.1.1 - for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.3 - A inclusão na proposta de item de custo vedado não acarretará a desclassificação do licitante, devendo o pregoeiro determinar que os respectivos custos sejam excluídos da Planilha, adotando, se for o caso, as providências do art. 45, *caput*, do Decreto n.º 20.587/20.

9.4 - Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 3º do art. 43 da Lei Federal nº 8.666/93, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

9.4.1 - Questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexecuibilidade;

9.4.2 - Levantamento de informações junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, e junto ao Ministério da Previdência Social;

9.4.3 - Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

9.4.4 - Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;

9.4.5 - Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;

9.4.6 - Análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente disponha para a execução do objeto;

9.4.7 - Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

9.5 - Será desclassificada a proposta que não corrigir ou justificar eventuais irregularidades apontadas pelo Pregoeiro;

9.5.1 - A adequação da proposta na forma do item anterior não poderá acarretar em majoração de seu valor global.

9.5.2 - O não atendimento da diligência no prazo fixado ou a recusa em fazê-lo caracteriza-se hipótese de desclassificação da proposta.

9.6 - Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

9.6.1 - Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

9.7 - O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 03 (três) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

9.7.1 - É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

9.8 - Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

9.9 - Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.10 - Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.11 - Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

10 - DA HABILITAÇÃO

10.1 - Concomitantemente ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará se o mesmo atende às condições de participação, especialmente quanto à inexistência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

10.1.1 - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

10.1.2 - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça;

10.1.3 - Relação de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

10.1.4 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

10.2 - Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos **itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3** acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

10.3 - Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.4 - Se o licitante arrematante desatender as exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

10.5 - Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo máximo de 03 (três) horas, sob pena de inabilitação.

10.5.1 - A entrega da documentação física original ou autenticada fica dispensada, podendo ser solicitada a qualquer momento em prazo estabelecido pelo pregoeiro.

10.5.2 - Quando solicitada, a documentação física original ou autenticada deverá ser encaminhada à Diretoria de Licitações e Contratos da Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio, situada na Rua Uruguai, nº 277, 11º andar, Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP: 90010-140, nos seguintes horários de atendimento: Manhã: 09 h 00 min às 11 h 30 min e Tarde: 13 h 30 min as 17 h 00 min. Os documentos deverão ser enviados em envelope opaco e lacrado, contendo as seguintes indicações no seu anverso:

ENVELOPE DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO/PROPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 661/2023

RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE CNPJ OU DOCUMENTO EQUIVALENTE

10.6 - Os documentos referentes à habilitação do licitante deverão estar válidos no dia de abertura da sessão pública.

10.7 - Quando da verificação dos documentos para habilitação arrolados no **ANEXO I - Documentação Habilitatória** do Edital, o pregoeiro procederá ao que segue:

10.7.1 - A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

10.7.2 - Os documentos de habilitação não abrangidos pelo registro cadastral do SICAF deverão ser enviados conforme previsão do **item 6.1** deste Edital.

10.7.3 - Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares após o julgamento da proposta, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo definido no edital, após solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, observado o prazo disposto no **item 9.7** e a possibilidade de prorrogação prevista no **item 9.7.1**;

10.7.4 - A verificação pelo Pregoeiro do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação;

10.7.5 - Na hipótese de a proposta vencedora não ser aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital;

10.7.6 - A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte será exigida nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006;

10.7.7 - Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o licitante será declarado vencedor.

10.8 - Os licitantes remanescentes ficam obrigados a atender à convocação e a assinar o contrato no prazo fixado pela Administração, ressalvados os casos de vencimento das respectivas propostas, sujeitando-se às penalidades cabíveis no caso de recusa.

10.9 - Os documentos apresentados pelo licitante que forem emitidos pela internet, ou que sejam substituídos pelo Cadastro, terão sua validade verificada pelo Pregoeiro no momento da habilitação.

10.10 - A ausência de registro de aplicação de sanção nos cadastros mencionados no item 10.1 não elide a inabilitação da licitante, quando a sua aplicação for comprovada por outros meios idôneos.

10.11 - Serão inabilitadas as licitantes que não atenderam as exigências para habilitação contidas neste edital.

11 - ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO

11.1 - A Proposta de Preço final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 03 (três) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

11.1.1 - Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

11.1.2 - Apresentada em conformidade com o modelo **ANEXO III – Especificação do Objeto / Modelo de Proposta de Preço**, discriminando o preço do lance final ofertado, a(s) marca(s) e demais dados solicitados nas especificações técnicas do Edital, quando for o caso;

11.1.3 - Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

11.2 - A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

11.2.1 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o FORNECEDOR.

11.3 - Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional.

11.4 - A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

11.5 - A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

11.6 - As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

12 - DOS RECURSOS

12.1 - O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

12.2 - Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

12.2.1 - Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

12.2.2 - A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

12.2.3 - Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o **prazo de três dias** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.3 - Havendo recurso, o Pregoeiro apreciará os mesmos e, caso não reconsidere sua posição, caberá à autoridade competente a decisão em grau final.

12.4 - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.5 - Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

12.6 - Os pedidos de vistas ao processo deverão ser encaminhados ao e-mail pregoeiros@portoalegre.rs.gov.br, cabendo ao Pregoeiro disponibilizá-las por meio de acesso externo pelo Sistema Eletrônico de Informações do Município

- SEI por prazo determinado.

13 - DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1 - A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.1 - Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.2 - Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2 - Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.2.1 - A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13.2.1.1 - A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, quando existente, ou através dos dados contidos nos documentos de habilitação enviados na forma do item 6, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

14 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1 - Constatando o atendimento das exigências previstas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo adjudicado o objeto ao vencedor da licitação pelo Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

14.2 - Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14.3 - A homologação poderá ser revogada nos termos do Decreto n.º 20.587/20 e do art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93.

14.4 - Após a homologação, poderá o licitante ser desclassificado por motivo relacionado com a capacidade jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e/ou inidoneidade, não atendimento do item 16 ou em razão de fatos supervenientes ou somente conhecidos após o julgamento, no qual a homologação será desfeita.

15 - DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

15.1. Após a homologação da licitação, será lavrada Ata de Registro de Preço, com vigência de 01 (um) ano, com o **FORNECEDOR** classificado em primeiro lugar.

15.1.1. A Ata de Registro de Preços é o instrumento jurídico que representa compromisso de fornecimento futuro, sem vinculação dos órgãos da Administração Pública Municipal para a execução do objeto.

15.1.2. Quando admitida pelo Edital a proposta de quantitativos abaixo do estimado pelo Município, caso a proposta do licitante vencedor não atenda ao quantitativo total estimado, poderá ser convocada a quantidade de licitantes necessária para alcançar o total estimado, respeitada a ordem de classificação, observado o preço da proposta vencedora, precedida de posterior habilitação, nos termos do disposto no **item 10 do Edital**.

15.2. O licitante vencedor deverá assinar eletronicamente a Ata de Registro de Preços no prazo de 03 (três) dias, a contar do recebimento da convocação, sob pena de aplicação das sanções pertinentes, podendo ser prorrogado, a critério da Administração, por igual período.

15.3. Para proceder à assinatura eletrônica da Ata de Registro de Preços, o licitante vencedor deverá realizar o cadastramento de seu representante legal junto ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI), conforme as instruções disponibilizadas em https://sei.procempa.com.br/usuario_externo/.

15.4. Quando o proponente vencedor convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar a Ata de Registro de Preço ou não apresentar situação regular, no ato da assinatura deste, será convocado outro licitante,

observada a ordem de classificação, para celebrar a Ata de Registro de Preço, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

15.5. Na hipótese do **FORNECEDOR** primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar a ata de Registro de Preço no prazo e condições estabelecidos, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

16 - DA ENTREGA

16.1. O material deverá ser entregue em até **15 (quinze) dias** do recebimento da ordem de compra / nota de empenho, no endereço que consta na mesma, mediante a apresentação da cópia do empenho, juntamente com a nota fiscal correspondente à respectiva entrega.

16.1.1. A ordem de compra/nota de empenho será encaminhada ao Fornecedor através do e-mail informado pelo mesmo no **ANEXO III – Especificação do Objeto / Modelo de Proposta de Preço**.

16.1.2. O prazo de entrega poderá ser prorrogado, quando solicitado pelo **FORNECEDOR**, desde que requerido antes da data limite para o respectivo fornecimento e condicionada à ocorrência de motivo justificado, devidamente comprovado e aceito pela Administração, de acordo com a legislação vigente. A solicitação deverá ser encaminhada, por escrito, diretamente, ao local de entrega constante na Nota de Empenho ou ordem de compra.

16.2. O objeto da presente licitação deverá ser entregue conforme especificações constantes no **ANEXO III – Especificação do Objeto / Modelo de Proposta de Preço**.

16.3. O recebimento provisório será efetuado pelo servidor responsável que verificará a quantidade/qualidade/adequação do objeto, observado o disposto nas alíneas "a" dos incisos I e II do art. 73 da Lei Federal nº 8.666/93;

16.4. O recebimento definitivo será efetuado pelo servidor responsável ou comissão, designada pela autoridade competente, após a confirmação da verificação supracitada, observando o disposto no art. 15, parágrafo 8º, para materiais com valor superior ao limite estabelecido no art. 23 inciso II alínea "a" e nas alíneas "b" dos incisos I e II do art. 73 da Lei Federal nº 8.666/93;

16.5. Caso algum produto não corresponda ao exigido no instrumento convocatório, o **FORNECEDOR** deverá providenciar no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data de notificação expedida pelo município, a sua adequação, visando o atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no instrumento convocatório, na Lei Federal nº 8.666/93 e no Código de Defesa do Consumidor.

16.6. Quando as especificações do material não dispuserem de modo diverso, a **VALIDADE** do produto, na data de recebimento pelo órgão requisitante, **deverá ter no mínimo 01 (um) ano ou 75% (setenta e cinco por cento) de seu prazo vigente, quando este for inferior a 01 (um) ano.**

17 - DA FISCALIZAÇÃO

17.1 - A fiscalização da Ata de Registro de Preços, da entrega e do objeto será exercida de forma periódica e sistemática sobre a empresa, através de responsável técnico designado pelo órgão demandante.

17.2 - A fiscalização de que trata o item anterior não isenta o **FORNECEDOR** das responsabilidades estabelecidas pelo Contrato ou instrumento equivalente.

17.3 - O fiscalizador deverá observar e fazer cumprir as legislações pertinentes e relativas à matéria.

17.4 - A fiscalização terá pleno poder para Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratado, objetivando:

17.4.1 - Sustar a execução, total ou parcialmente, bem como diligenciar para que sejam aplicadas à empresa as penalidades previstas e;

17.4.2 - Constatar que as solicitações de providências, à empresa, estão sendo cumpridas.

17.5 - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do **FORNECEDOR**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, etc. e na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do **MUNICÍPIO** ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº. 8.666, de 1993.

18 - DO PAGAMENTO

18.1 - O pagamento será efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento definitivo do objeto licitado pela fiscalização do órgão competente designado pela secretaria requisitante.

18.2 - Se o vencimento do prazo coincidir com feriado, final de semana ou em dia sem expediente na PMPA, considerar-se-á como vencimento o primeiro dia útil imediato.

18.3 - O pagamento somente será liberado mediante apresentação da nota fiscal/fatura com a descrição detalhada dos materiais, com a entrega devidamente atestada pela fiscalização do órgão competente designado pela secretaria demandante, acompanhada de qualquer obrigação acessória e/ou necessária, ainda que não especificada neste Edital.

18.3.1 - A nota fiscal deverá ser apresentada no ato da entrega do material/bem, constando:

18.3.1.1 - o número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) fornecido na fase de habilitação da licitação;

18.3.1.2 - o número e ano da nota de empenho da demanda a que ela se refere;

18.3.1.3 - o número da licitação;

18.3.1.4 - se é optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) ou entregar junto o comprovante de adesão a esse regime;

18.3.1.5 - o nome e número da agência bancária e número da Conta Corrente, onde deverá ser realizado o pagamento.

18.3.2 – Não serão realizados pagamentos diretamente a terceiros contratados pela **CONTRATADA**, conforme a Lei Federal nº 4.320/1964.

18.3.3 - A nota fiscal fatura com defeitos ou vícios, ou ainda aquela que não cumprir com o disposto acima, deverá ser retificada/substituída/complementada sendo que o prazo de pagamento reiniciará após a regularização, sem quaisquer ônus para o **MUNICÍPIO**.

18.4 - Os pagamentos serão efetuados mediante crédito em conta corrente, devendo o FORNECEDOR informar o número do banco, da agência da conta bancária, podendo ainda ocorrer diretamente junto ao órgão do **MUNICÍPIO**, ou através de banco credenciado, a critério da Administração.

18.5 - O **FORNECEDOR** tem direito ao pagamento de correção monetária incidente sobre os valores das parcelas pagas com atraso, imputável exclusivamente ao **CONTRATANTE**, com base na variação do índice Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) calculado *pro rata die* desde o dia do vencimento do pagamento, conforme o Calendário de Pagamento, até o dia do seu efetivo pagamento.

18.6 - O fornecimento deve ser mantido caso o atraso de pagamento não seja superior a 90 (noventa) dias, contados da data da liquidação, nos termos do disposto no inciso IV do art. 49 da Lei Municipal n.º 881/2020, sob pena de aplicação das sanções cabíveis na hipótese de seu descumprimento.

19 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1 - Ficará impedido de licitar e de contratar com o Município e será descredenciado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

19.1.1 - não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;

19.1.2 - não entregar a documentação exigida no edital;

19.1.3 - apresentar documentação falsa;

19.1.4 - não mantiver a proposta;

19.1.5 - comportar-se de modo inidôneo;

19.1.6 - declarar informações falsas;

19.1.7 - cometer fraude fiscal.

19.2 - O licitante sujeitar-se-á, ainda, as sanções de: advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos, e declaração de inidoneidade, sendo que a sanção de impedimento descrita no item anterior, a suspensão temporária e a declaração de inidoneidade poderão ser cumuladas com multa, sem prejuízo do cancelamento da Ata de Registro de Preços e da rescisão do Contrato ou instrumento equivalente.

19.3 - No descumprimento de quaisquer obrigações licitatórias, poderá ser aplicada uma multa indenizatória de até **10%** (dez por cento) do valor total do objeto licitado.

19.4 - A multa, aplicada após regular processo administrativo, será cobrada judicialmente ou extrajudicialmente, a critério do **MUNICÍPIO**.

19.5 - Da intenção de aplicação de quaisquer das penalidades previstas, será concedido prazo para defesa prévia de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação.

19.6 - Da aplicação da sanção caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da publicação no DOPA.

19.7 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas e publicadas, esgotada a fase recursal, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS; e no caso de impedimento do direito de licitar e contratar, o licitante terá seu cadastro cancelado por igual período .

19.8 - As sanções decorrentes da execução do objeto estão previstas no **ANEXO V - Modelo Ata de Registro de Preços**.

20 - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO

20.1. O registro do **FORNECEDOR** poderá ser cancelado, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

I – pelo **MUNICÍPIO**, quando:

a) o **FORNECEDOR** não cumprir as exigências contidas no edital ou ata de registro de preços;

b) o **FORNECEDOR**, injustificadamente, deixar de firmar a Ata decorrente do registro de preços;

c) o **FORNECEDOR** der causa à rescisão administrativa, da Ata decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal n.º 8.666/93, e alterações posteriores;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;

e) por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal n.º 8.666/93, e alterações posteriores.

II - pelo **FORNECEDOR**, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços.

20.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo órgão gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

20.3. A comunicação do cancelamento do registro do **FORNECEDOR**, nos casos previstos no inciso I do item 20.1, será feita por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

20.4. No caso do **FORNECEDOR** encontrar-se em lugar ignorado, incerto ou inacessível, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial de Porto Alegre, considerando-se cancelado o registro do **FORNECEDOR**, a partir do quinto dia útil, contado da publicação.

20.5. A solicitação do **FORNECEDOR** para cancelamento do registro de preços, não o desobriga do fornecimento, até a decisão final do órgão gerenciador, a qual deverá ser proferida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após o envio do pedido contendo toda a documentação comprobatória, facultada à Administração a aplicação das penalidades/sanções previstas no item 16, caso não aceitas as razões do pedido do cancelamento.

20.6. Enquanto perdurar o cancelamento, poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens constantes do registro de preços.

21 – DOS ANEXOS

21.1.1 - ANEXO I – Documentação Habilitatória;

21.1.2 - ANEXO II – Ordem de Serviço nº 003/2021;

21.1.2.1 - ANEXO II.A - Instrução Normativa 005/2023, da Controladoria-Geral do Município

21.1.3 - ANEXO III - Especificação do Objeto / Modelo de Proposta de Preço;

21.1.3.1 - ANEXO A - Relação de marcas aprovadas

21.1.4 - ANEXO IV - Modelo de Declaração de Inexistência de Entidade Profissional;

21.1.5 - ANEXO V – Modelo Ata de Registro de Preços.

22 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1 - As normas disciplinadoras deste Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

22.1.1 – A participação nesta licitação implica em concordância tácita, por parte do licitante, com todos os termos e condições deste edital e das cláusulas contratuais já estabelecidas, bem como o pleno conhecimento do site www.portaldecompraspublicas.com.br.

22.1.2 - Em caso de divergências entre o EDITAL e as ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO, prevalecerá o EDITAL.

22.2 - No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

22.2.1 – A irregularidade que não afete o conteúdo ou idoneidade do documento não constituirá causa de desclassificação.

22.2.2– A ausência de alguma informação em documento exigido poderá ser suprida pelo Pregoeiro, se os dados existirem em outro documento.

22.2.3 – O licitante é responsável, sob as penas da lei, pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação.

22.3 - É facultada ao Pregoeiro ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, conforme previsto nos termos do **artigo 43, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93**.

22.4 – Não serão fornecidas respostas/informações verbalmente, devendo o interessado manifestar-se no próprio site www.portaldecompraspublicas.com.br na forma do Edital.

22.5 – Após a homologação, o resultado final do julgamento do certame será publicado no Diário Oficial de Porto Alegre – DOPA, on line, podendo ser consultados no endereço www.portoalegre.rs.gov.br/dopa

22.6 – A Administração reserva-se o direito de revogar a presente licitação por razões de interesse público, ou anulá-la, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação, bem como adiá-la ou prorrogar o prazo para o recebimento e abertura das propostas, descabendo, em tais casos, qualquer reclamação ou direito à indenização pelos licitantes.

22.6.1 – A anulação do procedimento licitatório induz à do contrato ou instrumento equivalente.

22.6.2 – Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver, comprovadamente, suportado no cumprimento do contrato.

22.7 – É de responsabilidade da empresa interessada a consulta ao Diário Oficial de Porto Alegre, através do site www.portoalegre.rs.gov.br/dopa/ para a verificação da publicação de eventuais alterações feitas no edital até a data da abertura da licitação.

22.8 – Fica eleito o foro da cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, para dirimir litígios deste instrumento convocatório.

ANEXO I

DOCUMENTAÇÃO HABILITATÓRIA

1 - PROCEDIMENTOS PARA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO HABILITATÓRIA:

1.1 – Os documentos de habilitação exigidos no edital e a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço serão encaminhados, exclusivamente por meio do sistema, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, conforme o **subitem 6.1 do Edital**.

1.2 - Se o licitante arrematante desatender as exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

1.3 - Para licitantes que possuem filiais os documentos apresentados deverão ser do CNPJ cadastrado no site, ou seja, se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial, com exceção dos documentos que são válidos para a matriz e todas as filiais.

1.3.1 - A não apresentação de documentação em conformidade com este item resultará na inabilitação do licitante proponente.

1.4 - A verificação do atendimento dos requisitos de habilitação dar-se-á na nos termos do **item 10 do Edital**.

2. DOCUMENTOS DA HABILITAÇÃO SERÃO OS SEGUINTE:

2.1 - Documentos Relativos à:

2.1.1 - Habilitação Jurídica:

2.1.1.1 - Ato constitutivo, contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, bem como, no caso de sociedades por ações, acompanhados de documentos que comprovem a eleição de seus administradores;

2.1.1.1.1 - O objeto social da licitante deverá ser compatível com o objeto a ser licitado, caso o objeto social da licitante seja incompatível com o objeto a ser licitado este será considerado inabilitado.

2.1.1.2 - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

2.1.2 - Regularidade Fiscal e Trabalhista:

2.1.2.1 – Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

2.1.2.2 – Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

2.1.2.3 – Prova de regularidade abrangendo os Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União (CND).

2.1.2.4 – Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, abrangendo todos os tributos administrados pelo **ESTADO**, mediante apresentação de certidão(ões) expedida(s) pelo órgão estadual competente.

2.1.2.5 – Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, abrangendo todos os tributos administrados pelo **MUNICÍPIO**, mediante apresentação de certidão(ões) expedida(s) pelo órgão municipal competente.

2.1.2.6 – Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, mediante certificado expedido pela Caixa Econômica Federal.

2.1.2.7 – Prova de regularidade relativa aos Débitos Trabalhistas da Justiça do Trabalho – Lei Federal nº 12440/11 - Resolução Administrativa TST 1470/2011.

2.1.2.8 – As Microempresa e Empresa de Pequeno Porte deverão apresentar os documentos, acima mencionados,

mesmo que estes apresentem alguma restrição. (Lei Complementar Federal nº 123/06).

2.1.2.8.1 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por mais 05 (cinco) dias úteis a critério da Administração Pública.

2.1.2.8.2 – A não - regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º do Artigo 43 da Lei Complementar Federal nº 123/06, implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

2.1.3 - Qualificação Técnica:

2.1.3.1. Atestado(s) de capacidade técnico-operacional expedido(s) por órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda por empresa privada, que comprove(m) aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto desta Licitação.

2.1.3.2. Registro ou inscrição da Licitante na entidade profissional competente, se houver. Se não houver, deverá ser entregue o **ANEXO IV - Declaração da Licitante da Inexistência de Entidade Profissional.**

2.1.3.3 - O(s) atestado(s) referidos no **item 2.1.3.1** deverá(o) ser emitido(s) em papel que identifique a pessoa jurídica emissora do atestado. O documento deverá permitir também a perfeita identificação do atestante (responsável pela emissão do atestado), constando nele o nome legível e o cargo do signatário, bem como os meios de contato (telefone, e-mail etc.) para eventual consulta ou diligência.

2.1.4 - Qualificação Econômico-Financeira:

2.1.4.1 - Certidão Negativa de falência, concordatas, recuperações judiciais e extrajudiciais expedidas pelo Distribuidor da sede da empresa.

2.1.4.1.1 - No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

2.1.4.2 - Deverão apresentar Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício do último exercício social, exigíveis e apresentados na forma da lei (registrado na Junta Comercial, conforme regulamentação do Conselho Federal de Contabilidade), devidamente assinado pelo diretor ou representante legal da empresa e respectivo profissional de contabilidade responsável, regularmente habilitado pelo CRC, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedado a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de três meses da data de apresentação da proposta, conforme **ANEXO II - O.S. 003/2021** da Prefeitura Municipal de Porto Alegre - PMPA, integrante do presente Edital.

2.1.4.3 - Os licitantes que utilizarem a Escrituração Contábil Digital - ECD, através do Sistema Público de Escrituração Digital - Sped deverão apresentar, para fins de habilitação os documentos abaixo:

2.1.4.3.1 - Recibo de entrega de livro digital;

2.1.4.3.2 - Balanço Patrimonial;

2.1.4.3.3 - Demonstração do Resultado do Exercício ;

2.1.4.4 - Para fins de cumprimento da exigência do Art. 31, inc. I, da Lei Federal nº 8.666/93, aplicar-se-á os dispositivos previstos no **ANEXO II - O.S. 003/2021** da Prefeitura Municipal de Porto Alegre - PMPA, integrantes do presente Edital.

2.1.4.5 - Das Sociedades Anônimas ou Sociedades por Quotas de Responsabilidade LTDA., que adotarem estrutura de S.A. (art. 18, Decreto nº 3.708/19), há a impossibilidade de se exigir o balanço patrimonial do último exercício antes do decurso do prazo de quatro meses seguintes ao término deste. Neste caso, poderão apresentar o balanço patrimonial e demonstrativos de resultados do penúltimo exercício social. Fica estabelecido às demais formas societárias regidas pela Lei Comercial, os prazos estabelecidos às empresas que adotarem a estrutura de S.A., conforme exposto acima.

2.1.4.6 - Caso o proponente seja Sociedade Anônima, as demonstrações contábeis deverão ser apresentadas em publicação na Imprensa, ressalvando-se a hipótese prevista no art. 294, inc. III da Lei 6.404/1976. As demais empresas deverão apresentar balanços, certificados por profissional de contabilidade responsável, regularmente habilitado pelo

condições de avaliação da situação econômico-financeira das empresas;

Considerando que os processos licitatórios devem ser permeados pelo Princípio da Competitividade, que visa a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, todavia, garantindo a segurança e a eficiência da contratação;

DETERMINO:

Art. 1º A verificação da situação econômico-financeira das empresas licitantes com o Município de Porto Alegre observará o disposto na presente Ordem de Serviço.

§ 1º No caso de empresas participando em consórcio, não se admite a possibilidade de somatório de índices de qualificação econômico-financeira das empresas consorciadas; admitindo-se, entretanto, somatório de valores dos documentos contábeis das consorciadas para fins de cálculo da qualificação econômico-financeira do consórcio. (Redação acrescida pela Ordem de Serviço nº 10/2023)

§ 2º Nos certames regidos pela Lei Federal nº 8.666 de 1993 e Lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2002, o somatório de valores dos documentos contábeis das consorciadas para fins de cálculo da qualificação econômico-financeira do consórcio deverá observar a proporção da respectiva participação de cada consorciada. (Redação acrescida pela Ordem de Serviço nº 10/2023)

Art. 2º Para as compras para entrega futura e contratações de obras e serviços de até R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), a verificação de que trata o art. 1º desta Ordem de Serviço será realizada mediante o exame do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício, do último exercício social, nos seguintes indicadores: (Redação dada pela Ordem de Serviço nº 10/2023)

I – Índice De Liquidez Corrente (LC);

II – Índice De Liquidez Geral (LG);

III – Solvência Geral (SG);

§ 1º Obterão classificação econômico-financeira as empresas que apresentarem, pelo menos, 2 (dois) dos 3 (três) indicadores iguais ou superiores aos estabelecidos nesta Ordem de Serviço, conforme Anexo.

§ 2º Os licitantes que não obtiverem a classificação econômico-financeira prevista no § 1º deste artigo, deverão comprovar que possuem capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação para fins de obtenção da sua classificação econômico-financeira.

§ 3º A qualificação econômico-financeira estabelecida neste artigo também deverá ser exigida nas licitações para o Sistema de Registro de Preços destinados à aquisição de bens e materiais e à prestação de serviços, inclusive de engenharia, independentemente do valor estimado da licitação ou do procedimento auxiliar. (Redação dada pela Ordem de Serviço nº 10/2023)

§ 4º Nas contratações regidas pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a verificação de que trata o caput deste artigo será realizada mediante o exame do Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e demais Demonstrações Contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais. (Redação acrescida pela Ordem de Serviço nº 10/2023)

Art. 3º Para as compras para entrega futura e contratações de obras e serviços cujo valor estimado seja superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), assim como para as contratações cujo objeto seja prestação de serviços com cessão de mão de obra, independentemente de seu valor, a verificação de que trata o art. 1º desta Ordem de Serviço será realizada por meio do exame do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício, do último exercício social, obtendo a classificação econômico-financeira as empresas que atenderem as seguintes condições: (Redação dada pela Ordem de Serviço nº 10/2023)

I - Indicadores iguais ou superiores aos estabelecidos nesta Ordem de Serviço, sendo:

a) Índice De Liquidez Corrente (LC);

b) Índice De Liquidez Geral (LG);

c) Solvência Geral (SG);

II - Capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

§ 1º Nas contratações de serviços continuados comuns, que não sejam de engenharia, será também exigida a comprovação de Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação. (Redação dada pela Ordem de Serviço nº 10/2023)

§ 2º Nas contratações regidas pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a verificação de que trata o caput será realizada mediante o exame do Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e demais Demonstrações Contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais. (Redação acrescida pela Ordem de Serviço nº 10/2023)

Art. 4º Para fins de apuração do valor estimado da licitação e verificação da situação econômico-financeira das empresas licitantes, considerar-se-á:

I – o valor total estimado do item ou do lote arrematado pela empresa, quando a licitação tiver mais de um item ou lote de itens em disputa;

II - o valor total estimado, no caso de contratações por prazo determinado;

III – o valor anual estimado, no caso de contratações para a prestação de serviços a serem executados de forma contínua;

Art. 5º Para efeito de controle dos prazos e de validade da qualificação econômico-financeira, os Certificados de Registro Cadastral deverão apresentar a data de vencimento das referidas peças contábeis.

Art. 6º As empresas constituídas há menos de 1 (um) ano apresentarão:

I - para participar em licitações, o Balancete de Verificação referente aos 2 (dois) últimos meses anteriores à data da sessão pública de abertura das propostas, no caso do Pregão e demais certames em que a abertura das propostas anteceder a fase de habilitação, ou à data de abertura dos documentos de habilitação, quando esta anteceder a fase de abertura das propostas. (Redação dada pela Ordem de Serviço nº 10/2023)

II – para efeito de inscrição no Registro Cadastral, a empresa constituída há menos de 1 (um) ano deverá apresentar o Balancete de Verificação referente ao mês anterior à data de solicitação da inscrição.

Art. 7º As empresas constituídas há menos de 2 (dois) meses, para efeito de inscrição no Registro Cadastral e participação em licitações, apresentarão o Balanço de Abertura.

Parágrafo único. Nas contratações regidas pela Lei Federal nº 14.133, de 2021, os documentos referidos no § 4º do art. 2º e no § 2º do art. 3º limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Redação acrescida pela Ordem de Serviço nº 10/2023)

Art. 8º As formas societárias definidas na Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações, estão dispensadas da apresentação do Balanço Patrimonial e Demonstrativos de Resultados quando a licitação tratar de **fornecimento de bens para pronta entrega ou para a locação de materiais** .

Parágrafo único. Deverá ser exigida da licitante enquadrado na condição referida no *caput*, a declaração, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para usufruir do tratamento favorecido estabelecido na Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006.

Art. 9º As empresas fornecedoras de bens que não atingirem os índices estabelecidos para a qualificação econômico-financeira, prevista nos artigos 2º e 3º desta Ordem de serviço, estarão aptas, exclusivamente, para o fornecimento de bens para pronta entrega e para a locação de materiais.

§ 1º Para fins desta Ordem de Serviço, considera-se pronta entrega o fornecimento realizado pela contratada em 1 (uma) única parcela, e efetuado imediatamente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após o recebimento da nota de empenho ou da ordem de compra.

§ 2º A hipótese prevista no § 1º deste artigo deverá constar expressamente no ato convocatório.

Art. 10. A classificação econômico-financeira instituída nesta Ordem de Serviços poderá ser alterada nos Editais elaborados pela Administração Direta e Indireta do Município de Porto Alegre somente em casos excepcionais, devidamente justificados em razão da peculiaridade do objeto licitado ou em decorrência de regras estabelecidas pelos entes alheios ao Município responsáveis pelo repasse ou financiamento dos recursos para o atendimento da despesa, ainda que parcialmente, sendo vedadas a exigência de índices e valores não usualmente adotados para a avaliação de situação econômico-financeira suficiente para o cumprimento das obrigações decorrentes da licitação e a exigência de valores mínimos de faturamento anterior e de índices de rentabilidade ou lucratividade.

Parágrafo único. A critério da Administração, poderão também ser exigidas no Edital:

I - declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital;

II - relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados. (Redação dada pela Ordem de Serviço nº 10/2023)

Art. 11. Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Fica revogada a Ordem de Serviço nº 09, de 22 de agosto de 2019;

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE, 21 DE MAIO DE 2021.

Sebastião de Araújo Melo,

Prefeito de Porto Alegre.

ANEXO I

EXECUÇÃO DE OBRAS DE ENGENHARIA

LC	=	$\frac{AC}{PC}$	igual ou superior a 1
LG	=	$\frac{AC + RLP}{PC + ELP}$	igual ou superior a 1
SG	=	$\frac{A REAL}{PC + ELP}$	igual ou superior a 1,5

COMPRAS E SERVIÇOS

LC	=	$\frac{AC}{PC}$	igual ou superior a 0,8
LG	=	$\frac{AC + RLP}{PC + ELP}$	igual ou superior a 0,8
SG	=	$\frac{A REAL}{PC + ELP}$	igual ou superior a 1,2

LC = avalia a capacidade da empresa de saldar suas obrigações a curto prazo.

LG = mede a capacidade da empresa em liquidar suas dívidas a longo prazo.

SG = mede a capacidade financeira da empresa a longo prazo para satisfazer as obrigações assumidas perante terceiros, exigíveis a qualquer prazo.

AC = Ativo Circulante.

PC = Passivo Circulante.

RLP = Realizável a Longo Prazo

ELP = Exigível a Longo Prazo

A REAL = Ativo Total diminuído dos valores não passíveis de conversão em dinheiro (ex.: ativo diferido, despesas pagas antecipadamente).

ANEXO II.A

INSTRUÇÃO NORMATIVA 005/2023 DA CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

Estabelece procedimentos para avaliação e fiscalização do Programa de Integridade das pessoas jurídicas que contratarem com a Administração Pública, nos termos da Lei nº 12.827, de 06 de maio de 2021.

O CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que compete à Controladoria-Geral do Município (CGM) fiscalizar o Programa de Integridade das pessoas jurídicas que contratarem com a Administração Pública, nos termos do art. 42 da Lei nº 12.827, de 06 de maio de 2021;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar, no âmbito da Administração Pública Municipal, os procedimentos a serem adotados para avaliação do Programa de Integridade, quanto aos indicadores e parâmetros mínimos necessários para o cumprimento da Lei nº 12.827, de 06 de maio de 2021;

RESOLVE:

Art. 1º Os Programas de Integridade das pessoas jurídicas, para fins da aplicação do disposto no art. 33 da Lei nº 12.827, de 06 de maio de 2021, serão avaliados nos termos desta Instrução Normativa.

Art. 2º Para fins do disposto nesta Instrução Normativa, considera-se: I - Pessoa Jurídica: quaisquer Sociedades Empresárias e Sociedades Simples, personificadas ou não, independentemente da forma de organização ou modelo societário adotado, bem como quaisquer Fundações, Associações Cívicas, ou Sociedades Estrangeiras, que tenham Sede, filial ou representação no território brasileiro, constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente;

II - Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte: a pessoa jurídica que cumprir os requisitos estabelecidos na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

III - Certificado: Certificado de Apresentação de Programa de Integridade, emitido pela CGM;

IV - Relatório de perfil: documento no qual devem ser informadas as principais características da empresa e seu grau de interação com a Administração Pública;

V - Relatório de conformidade: relatório a ser preenchido pela empresa, no intuito de demonstrar o funcionamento do Programa de Integridade e sua aplicação;

VI - Plano de Trabalho e cronograma de implementação do programa de integridade: documento a ser elaborado pela empresa, no qual devem constar as ações que a empresa irá tomar visando implementar o Programa de Integridade. No cronograma de implementação, deverão constar as datas em que a pessoa jurídica pretende cumprir cada ação, as quais devem ocorrer dentro do prazo estipulado no inciso II, § 3º, art. 33 da Lei nº 12.827, de 06 de maio de 2021; e

VII - Documentos comprobatórios: são os Documentos oficiais da empresa, correios eletrônicos, cartas, Declarações, correspondências, Memorandos, Atas de Reunião, Relatórios, Manuais, imagens capturadas da tela de computador, gravações audiovisuais e sonoras, fotografias, ordens de compra, Notas Fiscais, Registros Contábeis ou outros documentos, preferencialmente em meio digital, que se prestem a evidenciar os requisitos avaliados.

Art. 3º Nos termos do art. 29 da Lei nº 12.827, de 06 de maio de 2021, exige-se Programa de Integridade às pessoas jurídicas que celebrarem qualquer Contrato, Consórcio, Convênio, Concessão, Parceria Público-Privada ou qualquer outro Instrumento ou forma de avença similar, inclusive decorrente de contratação direta ou emergencial, pregão eletrônico, dispensa ou inexigibilidade de licitação, com a Administração Pública Municipal, cujo valor global anual seja igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou com valor global igual ou superior a R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), cujo prazo de validade ou de execução for igual ou inferior a 180 (cento e oitenta) dias.

§ 1º Enquanto não forem editadas regras específicas, a exigência referida no caput não será aplicada para Contratos celebrados entre a Administração Pública Municipal e Sociedades de Economia Mista ou Empresas Públicas federais, estaduais ou municipais.

§ 2º No caso de Contrato firmado por Consórcio de empresas, considera-se que cada uma das consorciadas deve elaborar e implementar seu próprio Programa de Integridade.

Art. 4º Para fins de avaliação, a Pessoa Jurídica que já possuir o Programa de Integridade, antes da celebração de relação contratual com o Município de Porto Alegre, deverá apresentar:

I - Relatório de perfil;

II - Relatório de conformidade do programa; e

III - Documentos comprobatórios.

Parágrafo único. Para fins de aplicação do disposto no caput deste artigo, considera-se relação contratual inclusive a renovação contratual ou outro Aditivo por prazo igual ou superior ao previsto no § 1º, art. 29, da Lei nº 12.827, de 06 de maio de 2021.

Art. 5º No Relatório de perfil, a pessoa jurídica deverá informar:

I – a descrição dos setores do mercado em que atua;

II – a estrutura organizacional;

III – o número de funcionários próprios e terceirizados;

IV – os principais clientes, com a composição do faturamento em Contratos públicos e privados;

V – a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) de acordo com o objeto do Contrato;

VI – a participação em outras empresas;

VII – a definição do porte empresarial, de acordo com a Lei Federal nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007; e

VIII – as interações com a Administração Pública nacional ou estrangeira.

Art. 6º No Relatório de conformidade do programa, a Pessoa Jurídica deverá:

I - informar a estrutura do Programa de Integridade, com:

- a) indicação de quais parâmetros previstos nos incisos do caput do art. 34, da Lei nº 12.827, de 06 de maio de 2021, foram implementados;
- b) descrição de como os parâmetros previstos na alínea “a” foram implementados; e
- c) explicação da importância da implementação de cada um dos parâmetros previstos na alínea “a”, frente às especificidades da pessoa jurídica, para a mitigação de risco de ocorrência de atos lesivos constantes do art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

II - demonstrar o funcionamento do Programa de Integridade na rotina da pessoa jurídica, com histórico de dados, indicadores de compliance e casos concretos; e

III - demonstrar a atuação do Programa de Integridade na prevenção, detecção e remediação de atos lesivos.

Parágrafo único. A Pessoa Jurídica deverá comprovar suas alegações, devendo zelar pela completude, clareza e organização das informações prestadas.

Art. 7º Na hipótese da Pessoa Jurídica celebrar relação contratual com o Município pela primeira vez e não possuir um Programa de Integridade implementado, deverá apresentar:

I - Termo de Compromisso antes da assinatura do Contrato;

II - Relatório de perfil, nos termos do art. 5º desta Instrução Normativa, nos primeiros 30 (trinta) dias após a ordem de início do Contrato; e

III - Plano de Trabalho e cronograma de implementação do Programa de Integridade, nos primeiros 30 (trinta) dias após a ordem de início do Contrato.

§ 1º O cronograma disposto no inciso III deverá ser cumprido em até 06 (seis) meses, a contar, no mínimo, de 02 (dois) meses após o início da execução contratual.

§ 2º No Plano de Trabalho e cronograma de implementação do programa de integridade, a pessoa jurídica deverá descrever, detalhadamente, como se dará a implementação do Programa de Integridade da sua organização. O Plano de Trabalho deverá conter o registro das ações a serem realizadas, bem como um cronograma com as entregas e as tarefas necessárias para a implementação do Programa.

§ 3º A CGM realizará visita durante a implementação do plano disposto no inciso III deste artigo, a fim de orientar quanto ao saneamento de eventuais inconformidades detectadas, relacionadas ao não atendimento do cronograma de trabalho.

§ 4º Findo o prazo para implementação do programa de integridade, a empresa deverá apresentar os documentos para avaliação, conforme disposto nos incisos II e III do art. 4º.

Art. 8º O Termo de Compromisso, Relatório de Perfil e Relatório de Conformidade devem ser entregues, obrigatoriamente, de acordo com o modelo estabelecido pela CGM, cujo download está disponível na página web da Prefeitura de Porto Alegre, por meio do link <https://prefeitura.poa.br/smtc/programa-de-integridade>.

Art. 9º A implementação, por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, dos parâmetros de que trata o art. 6º desta Instrução Normativa, bem como o § 2º e o caput do art. 34 da Lei nº 12.827, de 06 de maio de 2021, poderá ser efetivada por meio de medidas de integridade mais simples, com menor rigor formal, que demonstrem o comprometimento com a ética e a integridade na condução de suas atividades.

Art. 10 A avaliação do Programa de Integridade, de que trata o § 5º, art. 33, da Lei nº 12.827, de 06 de maio de 2021, deverá levar em consideração as informações prestadas pela Pessoa Jurídica, e sua comprovação, nos Relatórios de perfil e de conformidade do programa.

§ 1º As medidas de integridade implementadas deverão considerar o atendimento dos parâmetros dispostos nesta Instrução Normativa e sua adequação ao perfil da empresa.

§ 2º A documentação comprobatória de cada item da avaliação deve ser enviada de forma organizada, por requisito, em

arquivo pdf, sendo que o nome do arquivo deve corresponder ao número do item ao qual o documento se presta a responder, com base na Planilha de Avaliação do Programa de Integridade, a qual encontra-se disponível por meio do link <https://prefeitura.poa.br/smtc/programa-de-integridade>.

§ 3º A documentação comprobatória deve estar escrita na língua portuguesa.

§ 4º O cumprimento dos parâmetros adotados pela Pessoa Jurídica será considerado como implementado, quando atingida pontuação igual ou superior a 80 (oitenta) pontos, conforme avaliação estabelecida na Planilha de Avaliação do Programa de Integridade.

§ 5º Concluindo pelo atendimento dos requisitos referidos no § 4º, deste artigo, a CGM emitirá e disponibilizará o Certificado de Apresentação de Programa de Integridade.

§ 6º A avaliação será disponibilizada à pessoa jurídica, que poderá manifestar-se e/ou apresentar documentos complementares que entender necessários, uma única vez, no prazo improrrogável de 04 (quatro) dias úteis, a contar da data do recebimento da avaliação.

§ 7º Findo o prazo estabelecido no § 6º, deste artigo, e na ausência de um dos pré-requisitos estabelecidos nos artigos 5º e 6º e, ainda, no não cumprimento dos parâmetros do § 4º, a Pessoa Jurídica deverá apresentar Plano de Implementação.

§ 8º O Programa de Integridade meramente formal e que se mostre absolutamente ineficaz para mitigar o risco de ocorrência de atos lesivos da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, não será reconhecido, devendo a CGM apresentar as razões pelas quais essa decisão foi adotada.

§ 9º O plano de implementação do Programa de Integridade que se mostrar ineficaz ou em constante atraso ao cronograma apresentado não será certificado, devendo a CGM apresentar as razões pelas quais essa decisão foi adotada.

§ 10 A CGM poderá realizar entrevistas e solicitar novos documentos para fins da avaliação de que trata o caput deste artigo.

§ 11 A CGM não emitirá o certificado e indicará ao fiscal de contrato que notifique a Pessoa Jurídica, dentre outras situações, quando:

- I – o documento não for legível ou arquivo com problemas de visualização;
- II – o documento não comprove satisfatoriamente o atendimento ao respectivo quesito dos Relatórios; e
- III – houver preenchimento insatisfatório das justificativas ou detalhes das respostas que forem exigidos em relação a quesitos dos Relatórios de perfil e de conformidade.

§ 12 O prazo para complementação e/ou retificação de respostas e/ou de documentos fornecidos, de que trata o § 11 deste artigo, será de 15 (quinze) dias úteis, contados da notificação.

Art. 11 A Pessoa Jurídica que possuir programa de integridade implementado, certificado pela CGM, terá sua avaliação válida por 03 (três) anos, a contar da data de emissão deste.

§ 1º A CGM poderá reavaliar, a qualquer tempo, o atendimento dos requisitos pela Pessoa Jurídica, bem como requerer apresentação de documentos comprobatórios para análise, durante o tempo de validade do Certificado.

§ 2º Na aplicação do previsto no § 1º, a Pessoa Jurídica será notificada a apresentar documentação e/ou o saneamento de não conformidade detectada, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da Notificação.

§ 3º Na hipótese da Pessoa Jurídica, quando da reavaliação, não apresentar a documentação requerida e/ou o saneamento de não conformidade detectada, terá o seu Certificado cancelado e será passível de Multa.

§ 4º Caso a empresa seja penalizada com impedimento de licitar e contratar ou declarada inidônea, o certificado será automaticamente cancelado.

Art. 12 A Controladoria-Geral do Município regulamentará a instituição de um Comitê de Avaliação de Programa de Integridade, no prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da publicação desta Instrução Normativa.

Art. 13 O Comitê de Avaliação de Programa de Integridade reavaliará as planilhas de avaliação do Programa de Integridade, no prazo de até 30 (trinta) dias após a designação dos seus integrantes.

Art. 14 Os casos omissos ou não previstos nesta Instrução Normativa serão decididos motivadamente pelo Controlador-Geral do Município.

Art. 15. Todos os Contratos assinados anteriormente à publicação da Lei nº 13.523, de 30 de junho de 2023, nos critérios enquadrados no art. 3º desta Instrução Normativa, permanecem os procedimentos dispostos na Instrução Normativa CGM nº 003/2021.

Art. 16. Revoga-se a IN CGM nº 003/2021.

Art. 17. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Alegre, 18 de setembro de 2023.

CLEIDE LAMMEL LUCAS, Controladora-Geral do Município, em exercício.

ANEXO III

ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO / PROPOSTA DE PREÇO (MODELO)

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ E INSCRIÇÃO ESTADUAL:

ENDEREÇO E TELEFONE

E-MAIL

INFORMAÇÕES BANCÁRIAS PARA PAGAMENTO: (Banco - Agência - Conta)

Item	Código	Especificação do Objeto	Unidade	Quant.	Valor (R\$)	Unit.	Total (R\$)	Item
1	57117	APAGADOR PARA QUADRO BRANCO MAGNETIZADO, 50 X 125 X 25MM APROX., IMANTADO. INDICAR MARCA.	PC	670				

2	182675	TESOURA PARA USO GERAL, CABO PLÁSTICO, LÂMINAS EM AÇO INOX, 180MM APROX. INDICAR MARCA E REFERÊNCIA.	PC	1.480		
3	720425	FITA DUPLA FACE INCOLOR, MEDINDO 12MM X 20M. INDICAR MARCA.	RL	700		
4	728345	TESOURA PROFISSIONAL DE COSTURA, EM AÇO INOX, APROXIMADAMENTE 10 POLEGADAS (25,4 CM), COM CABO ANATÔMICO DE POLIPROPILENO E ANÉIS INTERNOS EMBORRACHADOS. INDICAR MARCA.	PC	380		
5	1000025	ALMOFADA PARA CARIMBO, 7 X 11CM APROX, SEM ENTINTAMENTO. INDICAR MARCA E MEDIDAS.	PC	820		
6	1000041	APONTADOR PARA LÁPIS, MANUAL, PLÁSTICO, PORTÁTIL, SEM COPO, 1 LÂMINA, TIPO COLEGIAL. INDICAR MARCA.	PC	1.400		
7	1000058	ATILHO DE BORRACHA PURA (SUPER ELÁSTICO) SEÇÃO QUADRADA 1 X 1MM OU SEÇÃO EQUIVALENTE, COMPRIMENTO TOTAL 17CM APROX. INDICAR MARCA.	KG	1.030		
8	1000116	BORRACHA BICOLOR PARA LÁPIS, BRANCA E CINZA. INDICAR MARCA.	PC	160		
9	1000140	BORRACHA PARA APAGAR LÁPIS E TINTA, VERMELHO AZUL. INDICAR MARCA.	PC	170		
10	1000157	BORRACHA VERDE PARA DESENHO. INDICAR MARCA.	PC	220		
11	1000165	CADERNETA 1/4 DE ALMAÇO PAUTADO, CARTONADA, PAPEL 24/28KG. APROX. COM 100 FOLHAS. INDICAR MARCA.	PC	1.780		
12	1000603	FITA ADESIVA TRANSLÚCIDA (FITA MÁGICA) 12MM X 33M APROX. INDICAR MARCA.	RL	730		
13	1000744	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 26/6, COBREADO OU GALVANIZADO. CAIXA COM 5000 UNIDADES. INDICAR MARCA.	CX	1.460		
14	1001056	PERCEVEJO, CAIXA COM 100 UNIDADES. INDICAR MARCA.	CX	710		

15	1001106	PORTA-CRACHA DE PVC FLEXÍVEL, INCOLOR E TRANSPARENTE, CRISTAL, COM PRENDEDOR DE MOLA METÁLICO MÓVEL,C/ ABERTURA LATERAL PARA INSERÇÃO, FORMATO 95 X 60MM APROX. INDICAR MARCA E FORMATO.	PC	6.620		
16	1001114	PRANCHETA DE EUCATEX,COM PEGA PAPEL,36 X 24CM APROX. INDICAR MARCA E FORMATO.	PC	1.320		
17	1001130	RÉGUA EM PVC, 30CM,INCOLOR,TRANSPARENTE, COM DIVISÃO DE CENTÍMETROS E MILÍMETROS. INDICAR MARCA.	PC	1.520		
18	1008846	LÁPIS DE COR,CAIXA COM 12 PEÇAS DE CORES DIFERENTES, TAMANHO GRANDE, INTEIROS. INDICAR MARCA.	CX	440		
19	1008895	PAPEL,TIPO CONTACT,INCOLOR,TRANSPARENTE, LARGURA 45CM APROX. INDICAR MARCA.	M	3.800		
20	1010065	PAPEL KRAFT PURO,MONOLÚCIDO, 60G/M2, USO EM ESTERILIZAÇÃO, LARG. 60CM, BOBINA COM 13 A 16KG. INDICAR MARCA.	BO	1.400		
21	1019793	CANETA HIDROGRÁFICA, ESTOJO COM 24 CORES DIFERENTES. INDICAR MARCA.	ES	8.330		
22	1019918	PAPEL QUALIDADE OFF-SET, COR BRANCA, FOR MATO 66 X 96 CM, GRAMATURA 90 G/M2.	FL	7.340		
23	1045806	ESTILETE LARGO, LÂMINA 18MM,CORPO EM AÇO INOX RECOBERTO COM MATERIAL SINTÉTICO DE ALTO IMPACTO, FORMATO ANATÔMICO,CABO COM RANHURAS PARA PERMITIR CORTE FIRME. INDICAR MARCA.	PC	860		
24	1045814	ESTILETE ESTREITO,ESTOJO COM 1 LÂMINA EM AÇO DE ALTA RESISTÊNCIA COM TRAVA DE SEGURANCA. INDICAR MARCA.	PC	380		
25	1045822	LÂMINA LARGA, 18MM, PARA ESTILETE,EM AÇO INOX DE ALTA RESISTÊNCIA, COM RANHURAS PARA DESCARTE DE SECÇÕES DESGASTADAS, EMBALAGEM COM 10 PEÇAS APROX. INDICAR MARCA.	PC	610		

26	1079748	BOBINA DE PAPEL TÉRMICO, PARA EMISSÃO DE SENHAS, "TERMO-SCRIPT" PARA ECF/PDV, 1 VIA, AMARELA, 57MM X 22M, 55G/M2, PARA EMISSOR DE SENHAS DA MARCA SPECTO E SIMILARES. INDICAR MARCA.	BO	730		
27	1083252	LÍQUIDO CORRETIVO BRANCO, A BASE DE ÁGUA, INODORO, PARA CORREÇÃO DE ESFEROGRÁFICA, DATILOGRAFIA E IMPRESSÕES EM GERAL, NÃO TÓXICO. SECAGEM RÁPIDA. FRASCO COM 18ML. APROXIMADAMENTE. INDICAR MARCA. ENVIAR AMOSTRA.	FR	2.180		
28	1083294	CANETA MARCA-TEXTO (SALIENTADOR) COM PONTA DE FIBRA CHANFRADA, PARA TRAÇOS DE 1 A 4MM, TINTA FLUORESCENTE COR LARANJA, TRANSPARENTE, QUE SE FIXE SOBRE TINTA ESFEROGRÁFICA, LÁPIS E IMPRESSÕES EM GERAL, COM NO MÍNIMO 12CM DE COMPRIMENTO. INDICAR MARCA.	PC	1.470		
29	1083369	BORRACHA BRANCA PARA LÁPIS, MACIA, NÚMERO 20, ATÓXICA. INDICAR MARCA.	PC	3.380		
30	1083377	CANETA ESFEROGRÁFICA, COR AZUL, ESCRITA MÉDIA, CORPO EM PLÁSTICO TRANSPARENTE, SEXTAVADO, PONTA DE METAL E ESFERA DE TUNGSTÊNIO, CORPO COM ORIFÍCIO PARA RESPIRO, COM MARCA IMPRESSA NO CORPO DA MESMA. CARGA CHEIA (COMPLETA) REMOVÍVEL, NÃO ROSQUEADA, TAMPA CÔNICA VENTILADA E TAMPÃO SUPERIOR DE PRESSÃO, COMPRIMENTO TOTAL DE 15CM (COM TAMPA), FABRICAÇÃO NACIONAL. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E DATA DE VALIDADE. INDICAR MARCA.	PC	46.970		

31	1083385	CANETA ESFEROGRÁFICA, COR PRETA, ESCRITA MÉDIA, CORPO EM PLÁSTICO TRANSPARENTE, SEXTAVADO, PONTA DE METAL E ESFERA DE TUNGSTÊNIO, CORPO COM ORIFÍCIO PARA RESPIRO, COM MARCA IMPRESSA NO CORPO DA MESMA. CARGA CHEIA (COMPLETA) REMOVÍVEL, NÃO ROSQUEADA, TAMPA CÔNICA VENTILADA E TAMPÃO SUPERIOR DE PRESSÃO, COMPRIMENTO TOTAL DE 15CM (COM TAMPA), FABRICAÇÃO NACIONAL, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E DATA DE VALIDADE. INDICAR MARCA.	PC	7.920		
32	1083393	CANETA ESFEROGRÁFICA, COR VERMELHA, ESCRITA MÉDIA, CORPO EM PLÁSTICO TRANSPARENTE, SEXTAVADO, PONTA DE METAL E ESFERA DE TUNGSTÊNIO, CORPO COM ORIFÍCIO PARA RESPIRO, COM MARCA IMPRESSA NO CORPO DA MESMA. CARGA CHEIA (COMPLETA)E REMOVÍVEL, NÃO ROSQUEADA, TAMPA CÔNICA VENTILADA E TAMPÃO SUPERIOR DE PRESSÃO, COMPRIMENTO TOTAL DE 15CM (COM TAMPA), FABRICAÇÃO NACIONAL, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E DATA DE VALIDADE. INDICAR MARCA.	PC	6.660		
33	1083419	CANETA PARA RETROPROJETOR, PARA ESCRITA EM ACETATO, PVC E POLIESTER. PONTA DE POLIESTER COM DIÂMETRO DE 2,0MM. TINTA À PROVA DE ÁGUA. COR AZUL, VIVA E PERMANENTE. INDICAR MARCA.	PC	4.610		
34	1083435	COLA BRANCA LÍQUIDA, BAIXO TEOR DE ÁGUA, SECAGEM RÁPIDA, NÃO TÓXICA, LAVÁVEL, TUBO PLÁSTICO COM BICO APLICADOR, A BASE DE PVA. 40 GRAMAS APROX. INDICAR MARCA.	TB	3.730		
35	1084276	PERFURADOR METÁLICO PARA PAPÉIS, DE MESA ALTA RESISTÊNCIA, RÉGUA MEDIDORA PARA AUXILIAR ENCAIXE E PERFURAÇÃO, CAPACIDADE MÍNIMA 20 FOLHAS, 2 FUROS. INDICAR MARCA. ENVIAR AMOSTRA OU CATÁLOGO DO FABRICANTE.	PC	480		

36	1089192	CANETA ESFEROGRÁFICA, COR AZUL, ESCRITA FINA, CORPO EM PLÁSTICO TRANSPARENTE, SEXTAVADO, PONTA DE METAL E ESFERA DE TUNGSTÊNIO, CORPO COM ORIFÍCIO PARA RESPIRO, COM MARCA IMPRESSA NO CORPO DA MESMA. CARGA CHEIA(COMPLETA)E REMOVÍVEL, NÃO ROSQUEADA, TAMPA CÔNICA VENTILADA E TAMPÃO SUPERIOR DE PRESSÃO, COMPRIMENTO TOTAL DE 15CM (COM TAMPA), FABRICAÇÃO NACIONAL. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E DATA DE VALIDADE. INDICAR MARCA.	PC	3.760		
37	1089200	CANETA ESFEROGRÁFICA, COR PRETA, ESCRITA FINA, CORPO EM PLÁSTICO TRANSPARENTE, SEXTAVADO, PONTA DE METAL E ESFERA DE TUNGSTÊNIO, CORPO COM ORIFÍCIO PARA RESPIRO, COM MARCA IMPRESSA NO CORPO DA MESMA. CARGA CHEIA(COMPLETA)E REMOVÍVEL, NÃO ROSQUEADA, TAMPA CÔNICA VENTILADA E TAMPÃO SUPERIOR DE PRESSÃO, COMPRIMENTO TOTAL DE 15CM (COM TAMPA), FABRICAÇÃO NACIONAL. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E DATA DE VALIDADE. INDICAR MARCA.	PC	1.440		
38	1089218	CANETA ESFEROGRÁFICA, COR VERMELHA, ESCRITA FINA, CORPO EM PLÁSTICO TRANSP., SEXTAVADO, PONTA DE METAL E ESFERA DE TUNGSTÊNIO, CORPO COM ORIFÍCIO PARA RESPIRO, COM MARCA IMPRESSA NO CORPO DA MESMA. CARGA CHEIA(COMPLETA)E REMOVÍVEL, NÃO ROSQUEADA, TAMPA CÔNICA VENTILADA E TAMPÃO SUPERIOR DE PRESSÃO, COMPRIMENTO TOTAL DE 15CM (COM TAMPA), FABRICAÇÃO NACIONAL. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E DATA DE VALIDADE. INDICAR MARCA.	PC	1.130		
39	1098151	BOBINA TÉRMICA UMA VIA PARA IMPRESSORA ZEBRA MODELOS TLP 2844 E S4M, TAMANHO 100MM X 80M, TUBETE COM 25MM APROX., GRAMATURA 56G/M2. INDICAR MARCA.	BO	5.130		

40	2001867	TESOURA EM AÇO INOXIDÁVEL, CABO EM POLIPROPILENO, LÂMINAS COM 9 CM DE CORTE, PONTAS FINAS. COMPRIMENTO TOTAL APROXIMADO: 20 CM. INDICAR MARCA	PC	270		
----	---------	---	----	-----	--	--

ANEXO A - Relação de marcas aprovadas, conforme documento SEI nº 26139011.

2. O valor total proposto deverá ser completo abrangendo todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), mão-de-obra, prestação do serviço, fornecimento de mão-de-obra especializada, leis sociais, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal, traslado, seguro do pessoal utilizado nos serviços contra riscos de acidente de trabalho, cumprimento de todas as obrigações que a legislação trabalhista e previdenciária impõe ao empregador e qualquer despesa acessória e/ou necessária, não especificada neste Edital.

3. O prazo de validade da presente proposta é de ____ (_____) dias, da data fixada para a sua apresentação. **(mínimo de 60 dias)**

4. Informamos que nos comprometemos a assinar a Ata de Registro de Preços no prazo determinado pelo Município, indicando para esse fim como representante legal desta empresa o(a) **Sr(a)**, **CPF**.....

4.1. Estamos cientes da necessidade de cadastrar o mencionado representante no sistema **SEI** da Prefeitura Municipal de Porto Alegre para assinar os documentos eletronicamente, conforme instruções disponibilizadas em http://sei.procempa.com.br/usuario_externo, devendo tal cadastramento ocorrer a partir da data da HOMOLOGAÇÃO do certame.

5. Declaramos que o endereço do correio eletrônico (e-mail) informado nesta proposta é válido para o recebimento de correspondências e notificações que se fizerem necessárias e estamos cientes que em caso de alteração, o Município deverá ser imediatamente informado do novo e-mail cadastrado.

6. Prazo de entrega do material: **conforme estabelecido no Edital.**

....., de de

(Nome e assinatura do responsável legal).

(RG)

CARIMBO DA EMPRESA

*** PROCEDIMENTO QUANTO ÀS MARCAS APRESENTADAS PELAS EMPRESAS ARREMATANTES**

1.1. A aprovação das marcas ofertadas ficará condicionada a análise da **COMISSÃO DE PADRONIZAÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE - CPME** e se necessário for, será solicitada a apresentação de amostras para avaliação.

1.1.1. Endereço: RUA URUGUAI, Nº 277, 11º ANDAR, CENTRO HISTÓRICO, PORTO ALEGRE/RS, CEP: 90010-140.

1.2. Somente serão registrados os preços das marcas aprovadas, as quais constarão no **INSTRUMENTO I** da Ata de Registro de Preços.

1.3. As marcas que constam do **ANEXO A** já estão aprovadas para a presente licitação. Serão aceitas propostas com marcas que não constem da relação anexa sendo que, para essas, será solicitado o envio, **no prazo de 03 (três) dias**, de amostra pelo licitante vencedor, após a fase de habilitação;

1.4. Serão consideradas Aprovadas as marcas que alcançarem avaliação Satisfatória em todos os critérios apresentados a seguir:

- a) especificação – o produto deverá atender integralmente o especificado neste edital;
- b) embalagem – deverá acompanhar junto da amostra, a embalagem original do produto. Ex etiqueta adesiva, caneta esferográfica, estiletes e etc;
- c) teste de uso – nos casos necessários, os produtos serão testados segundo as instruções da embalagem e/ou através de teste de aceitabilidade pelos usuários, devendo resultar em apresentação, características sensoriais e rendimento de acordo com o informado e durabilidade;
- f) Serão reprovadas as marcas que forem consideradas como Insatisfatórias em um ou mais quesitos do item anterior, bem como aquelas que apresentarem histórico documentado de problemas de qualidade, verificados por ocasião de uso nos diversos órgãos e Secretarias do Município de Porto Alegre.
- OBS:** As amostras enviadas para análise não serão devolvidas.

ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE ENTIDADE PROFISSIONAL
(MODELO)

(Nome da Licitante), CNPJ nº sediada (endereço completo), declara, sob as penas da Lei, como interessado na licitação, modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, que **NÃO** possui registro ou inscrição em entidade profissional competente, para o atendimento do objeto desta licitação.

_____, ____ de _____ de 20__.

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL LEGAL PELA EMPRESA

ANEXO V
MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
(MODELO)

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE, CNPJ nº 92.963.560/0001-60 neste ato representado pela **DIRETORA DE**

LICITAÇÕES E CONTRATOS, Sra., conforme delegação de competência estabelecida no Decreto n.º 21.363/2022, aqui denominado simplesmente **MUNICÍPIO** e, de outro lado, a Empresa CNPJ. n.º tendo sede na....., cidade de....., aqui denominada simplesmente **FORNECEDOR**, firmam a presente Ata de Registro de Preços referente ao **Pregão Eletrônico para o Sistema de Registro de Preços nº 661/2023**, para a Administração Pública do Município de Porto Alegre, nos termos da Lei Federal nº 8.666/1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Complementar Municipal n.º 881/2020, Lei Municipal n. 12.827/2021, Decreto n.º 20.587/20 e Decreto nº 11.555/1996, e de acordo com as especificações e os detalhes constantes no **INSTRUMENTO I**, integrante da presente Ata e consoante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O objeto da presente Ata é o Registro de Preços de material escritório - apagador, tesoura, fita dupla face, almofada para carimbo, apontador para lápis, atilho de borracha, borrachas, caderneta, grampo, percevejo, porta crachá flexível, prancheta, régua, lápis de cor, papel tipo contact, papel kraft, caneta hidrográfica, papel off-set, estilete largo, estilete estreito, lâmina larga, bobina térmica, líquido corretivo, caneta marca-texto, caneta esferográfica, caneta para retroprojektor, cola branca, perfurador metálico para papel, conforme descrição e marcas constantes no **INSTRUMENTO I** desta Ata de Registro de Preços.

1.2. Serão considerados participantes do Sistema de Registro de Preço os órgãos da Administração Pública Municipal Direta, as entidades da Administração Pública Municipal Indireta e o Legislativo Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O presente instrumento passará a vigor a partir de sua assinatura, sendo extinto ao final do prazo de validade do registro de preços, que é de 01 (um) ano.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO REGISTRADO

3.1. O preço registrado para cada item constantes do item 1.1, está especificado no **INSTRUMENTO I** desta Ata de Registro de Preços.

3.1.1. Estão incluídos no valor todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), fornecimento de mão-de-obra especializada, leis sociais, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada no Edital.

3.2. A existência de preços registrados não obriga o **MUNICÍPIO** a firmar as solicitações de fornecimento que deles poderão advir, sem que caiba direito à indenização de qualquer espécie.

3.2.1. Fica facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao sistema de registro de preços, assegurando-se ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições, de acordo com o art. 5º do Decreto nº 11.555/96.

CLÁUSULA QUARTA – FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

4.1. A formalização para a aquisição do material se dará mediante nota de empenho.

4.2. Para a formalização, será exigida a comprovação das condições de habilitação estabelecidas no edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

4.3. Fica estabelecida a obrigatoriedade de implementação do Programa de Integridade pela **CONTRATADA**, nas hipóteses previstas no *caput* e § 1º do art. 29 da Lei Municipal 12.827/2021.

4.3.1. A exigência do Programa de Integridade, quando cabível, dar-se-á a partir da celebração do **CONTRATO**, devendo a **CONTRATADA** apresentar, até a data de sua assinatura, os documentos previstos no Art. 4º da Instrução Normativa 005/2023 da Controladoria-Geral do Município.

4.3.2. A **CONTRATADA** que celebrar relação contratual com o **CONTRATANTE** pela primeira vez durante a vigência da Lei Municipal 12.827/2021, inclusive renovação e outros aditivos, e não houver implementado o Programa de Integridade, deverá apresentar, antes da assinatura do Contrato, os documentos relacionados no Art. 7º da Instrução Normativa 005/2023 da Controladoria-Geral do Município.

4.3.3. Os custos e as despesas com a implantação e manutenção do Programa de Integridade ficarão a cargo da **CONTRATADA**, não cabendo ao **CONTRATANTE** o seu ressarcimento.

4.3.4. O Programa de Integridade será avaliado, quanto à sua existência, aplicação e efetividade, pela Controladoria-Geral do Município, na forma estabelecida na Instrução Normativa 005/2023 da Controladoria-Geral do Município, sujeitando-se a **CONTRATADA** às sanções previstas na Lei Municipal 12.827/2021, em caso de descumprimento.

CLÁUSULA QUINTA - DA ENTREGA

5.1. Os produtos deverão ser entregues no prazo de até **15 (quinze) dias**, contados do recebimento da nota de empenho ou ordem de compra, que será encaminhada para o **FORNECEDOR** através do e-mail informado pelo mesmo no **ANEXO III - Especificações Técnicas/Modelo de Proposta**.

5.1.1. O prazo de entrega poderá ser prorrogado, quando solicitado pelo **FORNECEDOR**, desde que requerido antes da data limite para o respectivo fornecimento e condicionada à ocorrência de motivo justificado, devidamente comprovado e aceito pela Administração, de acordo com a legislação vigente. A solicitação deverá ser encaminhada, por escrito, diretamente, ao local de entrega constante na Nota de Empenho ou ordem de compra. Caso o processo esteja em fase recursal, as dúvidas serão esclarecidas pela Comissão de Julgamento de Recursos (cjra.dlc@portoalegre.rs.gov.br).

5.1.2. A troca de marca ou de embalagem poderá ser solicitada pelo **FORNECEDOR** a qualquer momento durante a vigência da ata de registro, condicionada à ocorrência de motivo justificado, devidamente comprovado e aceito pela Administração, de acordo com a legislação vigente. A solicitação deverá ser encaminhada para Unidade de Registro de Preços - URP - DLC (urp@portoalegre.rs.gov.br). Em caso de deferimento, este deve ser apresentado ao órgão demandante no momento da entrega do material.

5.2. Os locais de entrega serão todos dentro do Município de Porto Alegre, conforme indicação na nota de empenho ou ordem de compra.

5.3. O objeto com preço registrado deverá ser entregue de acordo com as especificações constantes no **INSTRUMENTO I**;

5.3.1. Quando as especificações do material não dispuserem de modo diverso, a **VALIDADE** do produto, na data de recebimento pelo órgão requisitante, **deverá ter no mínimo 01 (um) ano ou 75% (setenta e cinco por cento) de seu prazo vigente, quando este for inferior a 01 (um) ano**.

5.4. O **FORNECEDOR** deverá comprometer-se a trocar todo o material pertencente a um lote em que tenham sido detectados problemas decorrentes devido a falhas no processo de fabricação ou de transporte inadequado;

5.5. O **FORNECEDOR** deverá atender aos pedidos efetuados durante a vigência da Ata de Registro ainda que, a entrega seja prevista para data posterior ao vencimento da Ata.

5.6. Caso o produto não corresponda ao exigido pelo Edital, o **FORNECEDOR** deverá providenciar, no prazo máximo de até 03 (três) dias úteis, após a solicitação do órgão responsável pela compra, a sua substituição visando ao atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas nesta Ata de Registro, no Decreto nº 11.555/96, na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, e no Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.090/90).

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O prazo do pagamento devido pelo **MUNICÍPIO** é de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento definitivo do objeto licitado, mediante apresentação da nota fiscal/fatura.

6.1.1. O pagamento somente será liberado mediante apresentação da nota fiscal/fatura com a descrição detalhada dos materiais, com a entrega devidamente atestada pela fiscalização do órgão competente designado pela secretaria demandante, acompanhada de qualquer obrigação acessória e/ou necessária, ainda que não especificada neste Edital.

6.1.1.1. A nota fiscal deverá ser apresentada no ato da entrega do material/bem, constando:

6.1.1.1.1 – o número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) fornecido na fase de habilitação da licitação;

6.1.1.1.2 – o número e ano da nota de empenho da demanda a que ela se refere;

6.1.1.1.3 – o número da licitação;

6.1.1.1.4 – se é optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas

Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) ou entregar junto o comprovante de adesão a esse regime;

6.1.1.1.5 – o nome e número da agência bancária e número da Conta Corrente, onde deverá ser realizado o pagamento.

6.1.2. Não serão realizados pagamentos diretamente a terceiros contratados pela **CONTRATADA**, conforme a Lei Federal nº 4.320/1964.

6.1.3. A nota fiscal fatura com defeitos ou vícios, ou ainda aquela que não cumprir com o disposto acima, deverá ser retificada/substituída/complementada sendo que o prazo de pagamento reiniciará após a regularização, sem quaisquer ônus para o **MUNICÍPIO**.

6.2. Se o vencimento do prazo para pagamento da fatura ocorrer em feriado, final de semana ou em dia sem expediente na PMPA, este, dar-se-á no primeiro dia útil subsequente ao vencido.

6.3. Os pagamentos serão efetuados mediante crédito em conta corrente, devendo o **FORNECEDOR** informar o número do banco, da agência da conta bancária, podendo ainda ocorrer diretamente junto ao órgão solicitante, ou através de banco credenciado, a critério da Administração.

6.4. O **FORNECEDOR** tem direito ao pagamento de correção monetária incidente sobre os valores das parcelas pagas com atraso, imputável exclusivamente ao **CONTRATANTE**, com base na variação do índice Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) calculado *pro rata die* desde o dia do vencimento do pagamento, conforme o Calendário de Pagamento, até o dia do seu efetivo pagamento.

6.5. O fornecimento deve ser mantido caso o atraso de pagamento não seja superior a 90 (noventa) dias, contados da data da liquidação, nos termos do disposto no inciso IV do art. 49 da Lei Municipal n.º 881/2020, sob pena de aplicação das sanções cabíveis na hipótese de seu descumprimento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE E REEQUILÍBRIO

7.1. Não será concedido reajuste dos preços registrados.

7.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou materiais registrados, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o ÓRGÃO GERENCIADOR convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

7.3.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

7.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente fundamentado, não puder cumprir o compromisso, o ÓRGÃO GERENCIADOR poderá:

7.4.1. liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

7.4.2. convocar os FORNECEDORES REMANESCENTES, na ordem de classificação, para assegurar igual oportunidade de negociação.

7.4.3. Não havendo êxito nas negociações, o ÓRGÃO GERENCIADOR deverá proceder à revogação, parcial ou integral, da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

7.5. O requerimento deverá ser encaminhado para a Unidade de Registro de Preços (URP) da Diretoria de Licitações e Contratos, localizada na Rua Uruguai, nº 277, 11º andar, Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP: 90010-140.

7.6. O órgão gerenciador deverá proferir a decisão final em até 60 (sessenta) dias a contar da entrega completa de toda a documentação comprobatória pelo FORNECEDOR.

7.7. Não poderá haver interrupção do fornecimento até a decisão final do órgão gerenciador, sob pena das aplicações das sanções previstas neste Edital.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

- 8.1.** Fornecer e manter atualizado e-mail e telefone para contato e encaminhamento da Nota de Empenho ou Ordem de Compra.
- 8.2.** Submeter-se à fiscalização do órgão responsável pelo recebimento do objeto registrado. Acatando prontamente as exigências e observações da fiscalização do órgão municipal competente.
- 8.3.** Cumprir os prazos e obrigações estabelecidas neste instrumento.
- 8.4.** Assumir responsabilidades legais, administrativas e técnicas pela execução do fornecimento dos bens adquiridos pelo **MUNICÍPIO**.
- 8.5.** Pagar todos os tributos devidos, referentes à execução da Ata.
- 8.6.** Responsabilizar-se, civil e/ou criminalmente, por todos os atos e omissões que seus empregados direta ou indiretamente, cometerem na área de fornecimento do objeto registrado, indenizando, se for o caso, a parte prejudicada.
- 8.7.** Providenciar as autorizações que se fizerem necessárias às atividades do fornecimento, junto aos órgãos competentes.
- 8.8.** Consultar o órgão fiscalizador, com antecedência, quando houver necessidade de verificação de qualquer situação, a fim de não causar transtorno ou atraso quando da entrega do objeto.
- 8.9.** Prestar toda assistência para o perfeito andamento do fornecimento do objeto.
- 8.10.** Responsabilizar-se pela quantificação e qualificação do objeto a serem fornecidos.
- 8.11.** Observar o prazo de validade do objeto fornecido quando sua especificação assim o requerer.
- 8.12.** Fornecer o objeto dentro do melhor padrão técnico aplicável no intuito de sua perfeita execução e em atendimento às disposições deste instrumento, às especificações do **MUNICÍPIO**, ao Edital e ao processo de licitação, documentos estes que integram o presente, desde que não conflitem com as suas disposições, sendo que as do **MUNICÍPIO** prevalecerão sobre as do **FORNECEDOR**.
- 8.13.** Substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções que por ventura não tenham sido identificados no período de testes.
- 8.14.** O **FORNECEDOR** deverá responsabilizar-se pelos danos causados ao patrimônio que porventura venham a ser ocasionados pelo uso dos produtos fornecidos, confirmados por laudo técnico, assumindo integralmente o ônus pelo conserto do equipamento danificado ou a substituição por equipamento similar ou superior.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

- 9.1.** O órgão responsável pela Ata, Unidade de Registro de Preços (URP-DLC), disponibilizará à empresa fornecedora a Ata de Registro de Preços;
- 9.2.** São obrigações da Unidade de Registro de Preços (URP-DLC):
 - 9.2.1.** Atender às solicitações de esclarecimentos do **FORNECEDOR**;
 - 9.2.2.** Cumprir e exigir o cumprimento das obrigações da ata, assim como as demais disposições pertinentes;
 - 9.2.3.** Orientar aos órgãos demandantes quanto às dúvidas encaminhadas;
 - 9.2.4.** - Aplicar ao **FORNECEDOR** as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis.
- 9.3.** São obrigações do órgão demandante:
 - 9.3.1.** Realizar a primeira notificação ao **FORNECEDOR**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução dos serviços, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
 - 9.3.1.1.** Em caso de descumprimento por parte do **FORNECEDOR**, o órgão demandante deverá encaminhar à Unidade de Registro de Preços (URP-DLC), através de processo SEI, relato das dificuldades enfrentadas, bem como cópia da notificação que trata o item 9.3.1 e demais documentos pertinentes.
 - 9.3.2.** Inspeccionar a execução do fornecimento e a qualificação do objeto entregue, conforme especificações do ato convocatório;
 - 9.3.3.** Inspeccionar, periodicamente, os locais de acondicionamento do objeto contratado para verificar, em especial, o

cumprimento das rotinas estabelecidas e das solicitações de providências;

CLÁUSULA DEZ – DA FISCALIZAÇÃO DA ATA, DA ENTREGA E DO OBJETO

10.1. A fiscalização quanto à obediência a Ata de Registro de Preços, da entrega e do objeto será exercida, através responsável designado pelo órgão demandante.

10.2. A fiscalização de que trata o item anterior não isenta o **FORNECEDOR** das responsabilidades estabelecidas na presente Ata.

10.3. O fiscalizador deverá observar e fazer cumprir as legislações pertinentes e relativas à matéria.

CLÁUSULA ONZE – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Ficará impedido de licitar e de contratar com o Município e será descredenciado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e na Ata de Registro de Preços e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que:

11.1.1 - não mantiver a habilitação exigida no edital;

11.1.2 - apresentar documentação falsa;

11.1.3 - causar o atraso na execução do objeto;

11.1.4 - não mantiver a proposta;

11.1.5 - falhar na execução do contrato;

11.1.6 - fraudar a execução do contrato;

11.1.7- comportar-se de modo inidôneo;

11.1.8 - declarar informações falsas; e

11.1.9 - cometer fraude fiscal.

11.2. O licitante sujeitar-se-á, ainda, as sanções de: advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos, e declaração de inidoneidade, sendo que a sanção de impedimento descrita no item anterior, a suspensão temporária e a declaração de inidoneidade poderão ser cumuladas com multa, sem prejuízo do cancelamento da Ata de Registro de Preços.

11.3. As multas poderão ser cumulativas, reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que se repetir o motivo.

11.4. Na hipótese de atraso na entrega do material, será aplicada multa de 0,3% (zero virgula três por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor total da aquisição, até o limite de 20% (vinte por cento).

11.5. Aplica-se o disposto no item anterior o caso de atraso injustificado do prazo estabelecido para substituição, correção ou reparação do artigo rejeitado, considerando para a cobrança da multa e para o cancelamento da Ata de Registro de Preços, o prazo estabelecido para a substituição do artigo.

11.6. Em caso de atraso superior a 30 dias, a partir do 31º (trigésimo primeiro) o **MUNICÍPIO**, a seu exclusivo critério, poderá recusar o recebimento do material, cancelando a Ata de Registro de Preços e aplicando as sanções referentes à inexecução parcial ou total, conforme o caso.

11.7. O **MUNICÍPIO**, a seu critério, poderá convocar, pela ordem, as demais Licitantes classificadas para assumirem o objeto da presente Ata de Registro de Preços.

11.8. No descumprimento de quaisquer outras obrigações, excetuada a hipótese de não cumprimento de prazos, poderá ser aplicada uma multa indenizatória de até **10%** (dez por cento) do valor total da aquisição.

11.8.1. Será aplicada multa de 0,08% (zero vírgula zero oito por cento) por dia, incidente sobre o valor atualizado do contrato, limitado a 10% (dez por cento) do valor atualizado do contrato, em caso de descumprimento das exigências do Programa de Integridade, nos termos do art. 36 e seguintes da Lei Municipal 12.827/2021.

11.9. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da(s) fatura(s), cobrada judicialmente ou extrajudicialmente, a critério do **MUNICÍPIO**.

11.10. Da intenção de aplicação de quaisquer das penalidades previstas, será concedido prazo para defesa prévia de 05

(cinco) dias úteis a contar da notificação.

11.11. Da aplicação da sanção caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da publicação no DOPA.

11.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas e publicadas, esgotada a fase recursal, no Cadastro de Fornecedores do Município, e no caso de impedimento do direito de licitar e contratar, o licitante terá seu cadastro cancelado por igual período.

CLÁUSULA DOZE – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

12.1. O registro do **FORNECEDOR** poderá ser cancelado, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

12.1.1. Pelo MUNICÍPIO, quando:

12.1.1.1. O **FORNECEDOR** não cumprir as exigências contidas no edital ou Ata de Registro de Preços;

12.1.1.2. O **FORNECEDOR**, injustificadamente, não aceitar a nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo **MUNICÍPIO**;

12.1.1.3. O **FORNECEDOR** incorrer em um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal n.º 8.666/93, e alterações posteriores;

12.1.1.4. O **FORNECEDOR** perder alguma das condições de habilitação durante a vigência da Ata;

12.1.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;

12.1.1.6. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas na forma do inciso XII do art. 78 da Lei Federal n.º 8.666/93, e alterações posteriores.

12.1.2. Pelo FORNECEDOR, quando:

12.1.2.1. Mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços.

12.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo órgão gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

12.2.1. O órgão gerenciador deverá proferir a decisão no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após o envio do pedido que deverá conter toda a documentação comprobatória.

12.2.2. Caso não aceitas as razões do pedido de cancelamento, fica facultada à Administração a aplicação das penalidades/sanções previstas.

12.3. A comunicação do cancelamento do registro do **FORNECEDOR**, nos casos previstos no item 12.1.1, será feita por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

12.4. No caso do **FORNECEDOR** encontrar-se em lugar ignorado, incerto ou inacessível, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial de Porto Alegre, considerando-se cancelado o registro do **FORNECEDOR**, a partir do quinto dia útil, contado da publicação.

12.5. A solicitação **FORNECEDOR** para cancelamento do registro de preços, não o desobriga do fornecimento, até a decisão final do órgão gerenciador, a qual deverá ser proferida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após o envio do pedido contendo toda a documentação comprobatória, facultada à Administração a aplicação das penalidades/sanções previstas no edital, caso não aceitas as razões do pedido do cancelamento.

CLÁUSULA TREZE – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes das solicitações do objeto correrão por conta das dotações orçamentárias e financeiras próprias dos órgãos da Administração Pública Municipal de Porto Alegre participantes do SRP.

CLÁUSULA QUATORZE – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Fica o **FORNECEDOR** vinculado, até o término da presente Ata de Registro, às condições do Edital convocatório, seus anexos e a sua proposta, que independentemente de traslado fazem parte integrante deste instrumento.

14.2 - Para todos os efeitos legais, visando a exata caracterização do objeto, além de estabelecer procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, bem assim elencar as responsabilidades do **FORNECEDOR**, integram esta Ata de Registro de Preços, como se nele estivessem transcritos, com todos os seus anexos, os seguintes documentos:

14.2.1 - Edital de Pregão Eletrônico nº 661/2023, com todos os seus Anexos;

14.2.2 - Proposta do **FORNECEDOR**;

14.3 - Os documentos referidos na presente Cláusula são considerados suficientes para, em complemento a esta Ata de Registro de Preços, definir a sua extensão, as suas obrigações, e, desta forma, reger a execução do objeto.

CLÁUSULA QUINZE – DO FORO

15.1. Para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos, oriundos da presente Ata de Registro fica eleito o Foro da cidade de Porto Alegre, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

E assim por estarem justos e acertados, é firmada a presente Ata de Registro de Preços, por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do **MUNICÍPIO**.

INSTRUMENTO I

A SER PREENCHIDO CONFORME O ANEXO III ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS/MODELO DE PROPOSTA OU



Documento assinado eletronicamente por **Leticia Novello Cezarotto, Diretor(a)**, em 26/12/2023, às 11:04, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.procempa.com.br/autenticidade/seipmpa> informando o código verificador **26846471** e o código CRC **872CC9EA**.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Prefeitura Municipal de Porto Alegre
DLC - Diretoria de Licitações e Contratos
Pregão Eletrônico - 661/2023

Resultado da Homologação

0001 - Apagador para quadro branco magnetizado, 50 x 125 x 25mm aprox. - APAGADOR - Valor Referência: 3,5000

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
TACQUINO DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS LTDA	APAGADOR	670,00 Peça	2,7000	1.809,0000	Homologado em 05/03/2024 15:23:44 Por: Letícia Novello Cezarotto

0002 - Tesoura, uso geral, cabo plastico, laminas em aco inox, 180mm aprox. - TE1701 - Valor Referência: 4,2800

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
I9 COMERCIO DE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA	TE1701	1.480,00 Peça	3,4400	5.091,2000	Homologado em 05/03/2024 15:23:44 Por: Letícia Novello Cezarotto

0003 - Fita dupla face incolor, medindo 12mm x 20m. - DK350 - Valor Referência: 6,0300

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
I9 COMERCIO DE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA	DK350	700,00 Rolo	4,7900	3.353,0000	Homologado em 05/03/2024 15:23:44 Por: Letícia Novello Cezarotto

0004 - Tesoura profissional de aco inox, aprox. 10"pol. (25,4cm), cabo anatomico - TE2502 - Valor Referência: 9,3500

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
I9 COMERCIO DE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA	TE2502	380,00 Peça	8,2900	3.150,2000	Homologado em 05/03/2024 15:23:44 Por: Letícia Novello Cezarotto

0005 - Almofada para carimbo, 7 x 11cm aprox, sem entintamento - japan - Valor Referência: 4,5200

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
LITORAL DISTRIBUIDORA LTDA	japan	820,00 Peça	3,8900	3.189,8000	Homologado em 05/03/2024 15:23:44 Por: Letícia Novello Cezarotto

0006 - Apontador para lapis, manual, portatil, plastico, 1 lamina, colegial - PLASTICO - Valor Referência: 0,3900

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
TACQUINO DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS LTDA	PLASTICO	1.400,00 Peça	0,2000	280,0000	Homologado em 05/03/2024 15:23:44 Por: Letícia Novello Cezarotto

0007 - Atilho de borracha pura, de primeira, seccao quadrada 1 x 1mm - AMARELO - Valor Referência: 22,0000

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
TACQUINO DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS LTDA	AMARELO	1.030,00 Quilo	21,0000	21.630,0000	Homologado em 05/03/2024 15:23:44 Por: Letícia Novello Cezarotto

0008 - Borracha bicolor para lapis, branca e cinza - mercur - Valor Referência: 0,8900

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
LITORAL DISTRIBUIDORA LTDA	mercur	160,00 Peça	0,8900	142,4000	Homologado em 05/03/2024 15:23:44 Por: Letícia Novello Cezarotto

0009 - Borracha para apagar lapis e tinta, vermelho/azul - redbor - Valor Referência: 0,6638



Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
LITORAL DISTRIBUIDORA LTDA	redbor	170,00 Peça	0,6600	112,2000	Homologado em 05/03/2024 15:23:44 Por: Letícia Novello Cezarotto

0010 - Borracha verde para desenho - Red Bor - Valor Referência: 0,8430

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
PRISCILA RAUBER HENGEMUHLE	Red Bor	220,00 Peça	0,8000	176,0000	Homologado em 05/03/2024 15:23:44 Por: Letícia Novello Cezarotto

0011 - Caderneta 1/4 de almaco pautado, cartonada, papel 24/28kg 100 folhas - Jandaia/São Domingos - Valor Referência: 6,2000

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
PRISCILA RAUBER HENGEMUHLE	Jandaia/São Domingos	1.780,00 Peça	5,0000	8.900,0000	Homologado em 05/03/2024 15:23:44 Por: Letícia Novello Cezarotto

0012 - Fita adesiva translucida (fita magica), 12mm x 33m aprox - eurocel/adelbras - Valor Referência: 9,2000

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
LITORAL DISTRIBUIDORA LTDA	eurocel/adelbras	730,00 Rolo	8,9900	6.562,7000	Homologado em 05/03/2024 15:23:44 Por: Letícia Novello Cezarotto

0013 - Grampo para grampeador 26/6, cobreado/galvanizado cx. c/5000 unidade - GALVANIZADO - Valor Referência: 4,6000

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
TACCUINO DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS LTDA	GALVANIZADO	1.460,00 Caixa	3,2000	4.672,0000	Homologado em 05/03/2024 15:23:44 Por: Letícia Novello Cezarotto

0014 - Percevejo, caixa com 100 unidades - PERCEVEJO - Valor Referência: 2,2700

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
TACCUINO DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS LTDA	PERCEVEJO	710,00 Caixa	2,1500	1.526,5000	Homologado em 05/03/2024 15:23:44 Por: Letícia Novello Cezarotto

0015 - Porta-cracha, flexível, incolor, prendedor mola movel, 95x60mm aprox - acp - Valor Referência: 1,2200

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
LITORAL DISTRIBUIDORA LTDA	acp	6.620,00 Peça	1,2000	7.944,0000	Homologado em 05/03/2024 15:23:44 Por: Letícia Novello Cezarotto

0016 - Prancheta de eucatex, com pega papel, 36 x 24cm aprox. - Carbrink Formato 34x23 - Valor Referência: 4,4700

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
PRISCILA RAUBER HENGEMUHLE	Carbrink Formato 34x23	1.320,00 Peça	3,4300	4.527,6000	Homologado em 05/03/2024 15:23:44 Por: Letícia Novello Cezarotto

0017 - Regua em pvc, 30 cm, incolor, c/ divisao de centímetros e milímetros - menno - Valor Referência: 2,5500

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
LITORAL DISTRIBUIDORA LTDA	menno	1.520,00 Peça	2,5300	3.845,6000	Homologado em 05/03/2024 15:23:44 Por: Letícia Novello Cezarotto

0018 - Lapis de cor, caixa c/12 cores diferentes, tamanho grande, inteiros - 12 CORES - Valor Referência: 3,1500

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
TACCUINO DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS LTDA	12 CORES	440,00 Caixa	3,0000	1.320,0000	Homologado em 05/03/2024 15:23:44 Por: Letícia Novello Cezarotto



0019 - Papel tipo contact, incolor e transparente, largura 45 cm aprox. - AUTO ADESIVO - Valor Referência: 2,6500

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
TACCUINO DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS LTDA	AUTO ADESIVO	3.800,00 Metro	2,0000	7.600,0000	Homologado em 05/03/2024 15:23:44 Por: Leticia Novello Cezarotto

0020 - Papel kraft, puro, monolucido, 60g/m2, largura 60cm, bobina 13 a 16k - Senges - Valor Referência: 100,8000

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
PRISCILA RAUBER HENGEMUHLE	Senges	1.400,00 Bobina	100,8000	141.120,0000	Homologado em 05/03/2024 15:23:44 Por: Leticia Novello Cezarotto

0021 - Caneta hidrografica, estojo com 24 cores diferentes - Compactor Neopen Gigante - Valor Referência: 17,5600

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
PRISCILA RAUBER HENGEMUHLE	Compactor Neopen Gigante	8.330,00 Estojo	14,1500	117.869,5000	Homologado em 05/03/2024 15:23:44 Por: Leticia Novello Cezarotto

0022 - Papel qualidade off-set branco 66 x 96 cm 90 g/m2 - 66 x 96 cm 90 g/m2 - Valor Referência: 0,8767

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
TB SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA - ME	66 x 96 cm 90 g/m2	7.340,00 Folha	0,8600	6.312,4000	Homologado em 05/03/2024 15:23:44 Por: Leticia Novello Cezarotto

0023 - Estilete largo, lamina 18mm, corpo em aco inox com material sintetic - Estilete 18mm metal - Valor Referência: 7,8600

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
IMPERIO COMERCIO & SERVICOS LTDA	Estilete 18mm metal	860,00 Peça	6,0000	5.160,0000	Homologado em 05/03/2024 15:23:44 Por: Leticia Novello Cezarotto

0024 - Estilete estreito, estojo com uma lamina em aco inox, com trava - ESTREITO - Valor Referência: 1,0600

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
TACCUINO DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS LTDA	ESTREITO	380,00 Peça	0,5500	209,0000	Homologado em 05/03/2024 15:23:44 Por: Leticia Novello Cezarotto

0025 - Lamina larga, 18mm, p/ estilete, em aco inox, c/ ranhuras p/descarte - MASTER - Valor Referência: 3,2600

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
RC RAMOS COMERCIO LTDA	MASTER	610,00 Peça	3,0300	1.848,3000	Homologado em 05/03/2024 15:23:44 Por: Leticia Novello Cezarotto

0026 - Bobina termica p/emissao de senhas, amarela, 1 via, 57mm x 22m - 57MMX22M - Valor Referência: 2,9800

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
TB SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA - ME	57MMX22M	730,00 Bobina	2,9700	2.168,1000	Homologado em 05/03/2024 15:23:44 Por: Leticia Novello Cezarotto

0027 - Liquido corretivo branco a base de agua. - 18ML - Valor Referência: 1,8700

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
TACCUINO DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS LTDA	18ML	2.180,00 Frasco	1,5500	3.379,0000	Homologado em 05/03/2024 15:23:44 Por: Leticia Novello Cezarotto

0028 - Caneta marca-texto, cor laranja, ponta chanfrada - FLUORESCENTE - Valor Referência: 1,9700

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
------------	--------	------------	-------------	-------------	----------



TACCUINO DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS LTDA	FLUORESCENTE	1.470,00 Peça	0,8000	1.176.0000	Homologado em 05/03/2024 15:23:44 Por: Letícia Novello Cezarotto
--	--------------	---------------	--------	------------	---

0029 - Borracha branca para lapis, macia, numero 20 - Red Bor Mod. R.20 - Valor Referência: 0,6565

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
PRISCILA RAUBER HENGEMUHLE	Red Bor Mod. R.20	3.380,00 Peça	0,6300	2.129,4000	Homologado em 05/03/2024 15:23:44 Por: Letícia Novello Cezarotto

0030 - Caneta esferografica, cor azul, cristal, escrita media - BIC - Valor Referência: 0,9800

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
RC RAMOS COMERCIO LTDA	BIC	46.970,00 Peça	0,5600	26.303,2000	Homologado em 05/03/2024 15:23:44 Por: Letícia Novello Cezarotto

0031 - Caneta esferografica, cor preta, cristal, escrita media - BIC - Valor Referência: 0,8373

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
RC RAMOS COMERCIO LTDA	BIC	7.920,00 Peça	0,5600	4.435,2000	Homologado em 05/03/2024 15:23:44 Por: Letícia Novello Cezarotto

0032 - Caneta esferografica, cor vermelha, cristal, escrita media - BIC - Valor Referência: 0,8015

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
RC RAMOS COMERCIO LTDA	BIC	6.660,00 Peça	0,5600	3.729,6000	Homologado em 05/03/2024 15:23:44 Por: Letícia Novello Cezarotto

0033 - Caneta para retroprojeter, ponta de poliester diametro 2mm, cor azul - BRW - Valor Referência: 3,1700

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
RC RAMOS COMERCIO LTDA	BRW	4.610,00 Peça	2,6900	12.400,9000	Homologado em 05/03/2024 15:23:44 Por: Letícia Novello Cezarotto

0034 - Cola branca liquida, secagem rapida,tubo plastico c/40g aprox. - 40 GRAMAS - Valor Referência: 1,0800

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
TACCUINO DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS LTDA	40 GRAMAS	3.730,00 Tubo	0,8000	2.984,0000	Homologado em 05/03/2024 15:23:44 Por: Letícia Novello Cezarotto

0035 - Perfurador metalico para papel, de mesa, cap. min. 20fis. - MP801 - Valor Referência: 19,4500

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
TACCUINO DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS LTDA	MP801	480,00 Peça	11,5000	5.520,0000	Homologado em 05/03/2024 15:23:44 Por: Letícia Novello Cezarotto

0036 - Caneta esferografica, cor azul, cristal, escrita fina - BIC - Valor Referência: 0,7808

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
RC RAMOS COMERCIO LTDA	BIC	3.760,00 Peça	0,6000	2.256,0000	Homologado em 05/03/2024 15:23:44 Por: Letícia Novello Cezarotto

0037 - Caneta esferografica, cor preta, cristal, escrita fina - BIC - Valor Referência: 0,7921

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
RC RAMOS COMERCIO LTDA	BIC	1.440,00 Peça	0,6000	864,0000	Homologado em 05/03/2024 15:23:44 Por: Letícia Novello Cezarotto

0038 - Caneta esferografica, cor vermelha, cristal, escrita fina - BIC - Valor Referência: 0,8890



Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
RC RAMOS COMERCIO LTDA	BIC	1.130,00 Peça	0,6000	678,0000	Homologado em 05/03/2024 15:23:44 Por: Leticia Novello Cezarotto

0039 - Bobina termica para impressora zebra modelos tlp 2844 e s4m - Bobina 100mmX80m 55g - Valor Referência: 21,4200

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
IMPERIO COMERCIO & SERVICOS LTDA	Bobina 100mmX80m 55g	5.130,00 Bobina	11,6600	59.815,8000	Homologado em 05/03/2024 15:23:44 Por: Leticia Novello Cezarotto

0040 - Tesoura aco inox c/cabo polipropileno corte 9 cm c/pontas finas - Brw Ref. TE 2102 - Valor Referência: 6,6800

Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
PRISCILA RAUBER HENGEMUHLE	Brw Ref. TE 2102	270,00 Peça	4,4700	1.206,9000	Homologado em 05/03/2024 15:23:44 Por: Leticia Novello Cezarotto

Leticia Novello Cezarotto
Autoridade Competente





TACCUINO DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS LTDA.

RUA ÂNGELO DOURADO, 194 – CEP 90200-060 – PORTO ALEGRE-RS

CNPJ: 48.057.203/0001-40

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
Secretaria Municipal da Fazenda
CELIC – Central de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 661/2023

Fornecedor: **TACCUINO DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS LTDA.**

CNPJ: 48.057.203/0001-40

Inscrição Estadual: 096/3927949

Endereço: Rua Ângelo Dourado, 194 – Anchieta - Porto Alegre/RS

Município: Porto Alegre CEP: 90200-060

Telefone: (51) 3343-8413 (51) 3342-4581 (51) 99169-1013

E-mail: taccuinodistribuidora@gmail.com

Item	Código	Unid	Quant.	Nome	Valor por unidade (R\$)	Valor Total
1	57117	PC	670	Apagador para quadro branco magnetizado, 50 x 125 x 25mm aprox., imantado. Marca: Masterprint	R\$ 2,70	R\$ 1.809,00
2	182675	PC	1.480	Tesoura para uso geral, cabo plástico, lâminas em aço inox, 180mm aprox. Marca: Masterprint	R\$ 3,20	R\$ 4.736,00
6	1000025	PC	1.400	Apontador para lápis, manual, plástico, portátil, sem copo, 1 lâmina, tipo colegial. Marca: Masterprint	R\$ 0,20	R\$ 280,00
7	1000058	KG	1.030	Atilho de borracha pura (super elástico) seção quadrada 1 x 1mm ou seção equivalente, comprimento total 17cm aprox. Marca: Premier	R\$ 21,00	R\$ 21.630,00
13	1000744	CX	1.460	Grampo para grampeador 26/6, cobreado ou galvanizado. Caixa com 5000 unidades. Marca: Masterprint	R\$ 3,20	R\$ 4.672,00

TACCUINO DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS LTDA.

Fone: (51) 3343-8413 | WhatsApp: (51) 999 348 677

taccuinodistribuidora@gmail.com

14	1001056	CX	710	Percevejo, caixa com 100 unidades. Marca: Jocar	R\$ 2,15	R\$ 1.526,50
18	1008846	CX	440	Lápis de cor, caixa com 12 peças de cores diferentes, tamanho grande, inteiros. Marca: Masterprint	R\$ 3,00	R\$ 1.320,00
19	1008895	M	3.800	Papel tipo contact, incolor, transparente, largura 45 cm aprox. Marca: Polifix	R\$ 2,00	R\$ 7.600,00
21	1019793	ES	8.330	Caneta hidrográfica, estojo com 24 cores diferentes. Marca: Gatte	R\$ 14,00	R\$ 116.620,00
24	1045814	PC	380	Estilete estreito, estojo com 1 lâmina em aço de alta resistência com trava de segurança. Marca: Masterprint	R\$ 0,55	R\$ 209,00
27	1083252	FR	2.180	Líquido corretivo branco, a base de água, inodoro, para correção de esferográfica, datilografia e impressões em geral, não tóxico. Secagem rápida. Frasco com 18ml aproximadamente. Marca: Frama	R\$ 1,55	R\$ 3.379,00
28	1083294	PC	1.470	Caneta marca-texto (salientador) com ponta de fibra chanfrada, para traços de 1 a 4mm, tinta fluorescente cor laranja, transparente, que se fixe sobre tinta esferográfica, lápis e impressões em geral, com no mínimo 12cm de comprimento. Marca: Masterprint	R\$ 0,80	R\$ 1.176,00
34	1083435	TB	3.730	Cola branca líquida, baixo teor de água, secagem rápida, não tóxica, lavável, tubo plástico com bico aplicador, a base de PVA. 40 gramas aprox. Marca: Gatte	R\$ 0,80	R\$ 2.984,00
35	1084276	PC	480	Perfurador metálico para papéis, de mesa alta resistência, régua medidora para auxiliar encaixe e perfuração, capacidade mínima 20 folhas, 2 furos. Marca: Masterprint	R\$ 11,50	R\$ 5.520,00



TACCUINO DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS LTDA.

RUA ÂNGELO DOURADO, 194 - CEP 90200-060 - PORTO ALEGRE-RS

CNPJ: 48.057.203/0001-40

40	2001867	PC	270	Tesoura em aço inoxidável, cabo em polipropileno, lâminas com 9 cm de corte, pontas finas. Comprimento total aproximado: 20 cm. Marca: Jocar	R\$ 4,40	R\$ 1.188,00
TOTAL DA PROPOSTA					R\$	174.649,50

VALIDADE DA PROPOSTA: 90 DIAS

PRAZO DE ENTREGA: 15 DIAS

PRAZO DE PAGAMENTO: 30 DIAS

PRAZO DE GARANTIA: 01 (UM) ANO

Porto Alegre, 11 de janeiro de 2024.

TACCUINO DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS LTDA.

Geraldo Daros

Adm.

TACCUINO DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS LTDA.

Fone: (51) 3343-8413 | WhatsApp: (51) 999 348 677

taccuinodistribuidora@gmail.com

DESPACHO - SADM

À SCON,

Encaminhamos o **Pedido de Compra nº 20/2024** 0715820, referente a **corretivo líquido**, para reposição de estoque de almoxarifado.

Sugerimos a aquisição mediante Sistema de Registro de Preços da Administração Municipal, considerando que o **item 27** da ata **PE 661/2023** 0717497 atende às especificações do Pedido e dispõe de saldo disponível em ata, conforme [Planilha de materiais PMPA](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smf/default.php?p_secao=194), disponível em [<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smf/default.php?p_secao=194>](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smf/default.php?p_secao=194) .



Documento assinado eletronicamente por **Ulisses Pothin da Motta, Assistente Legislativo**, em 21/03/2024, às 09:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.camarapoa.rs.gov.br>, informando o código verificador **0717498** e o código CRC **BDA80682**.

DESPACHO - SPAC

À SDF;

Para informar saldo e dotação.

Atenciosamente.



Documento assinado eletronicamente por **Aloisio de Freitas, Assessor(a) Legislativo**, em 22/03/2024, às 14:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.camarapoa.rs.gov.br>, informando o código verificador **0718442** e o código CRC **OBA73857**.

DESPACHO - SDF

À SPAC:

O código de despesa a ser utilizado é o 33903016 - MATERIAL DE EXPEDIENTE, subação 2001.



Documento assinado eletronicamente por **Patrícia Guazzelli Costa, Assistente Legislativo**, em 22/03/2024, às 15:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.camarapoa.rs.gov.br>, informando o código verificador **0718503** e o código CRC **0E35C1F0**.



Ano Base: 2024

Unidade Gestora	200100	CÂMARA MUNICIPAL									
Gestão	00003	GESTÃO PRÓPRIA									
Mês Referência	Março		Tipo Demonstração	Execução							
Grupo Despesa	33	Outras Despesas Correntes	Subação	002001 ATIVIDADE LEGISLATIVA		Elemento Despesa		30		Material de Consumo	
Células Orçamentárias	Dotação Inicial		Atualizado	Pré-Empenhado	Empenhado	Disponível	Liquidado	Pago	A Liquidar	A Pagar	%
Total	1.100.000,00 D		1.100.000,00 D		666.658,24 C	433.341,76 C	39.328,19 C	30.146,07 C	627.330,05 C	9.182,12 C	66,92
00100 002001 1.500.001.000 33.90.30	1.100.000,00 D		1.100.000,00 D			433.341,76 C			627.330,05 C	9.182,12 C	
00100 002001 1.500.001.001 33.90.30					666.658,24 C	0,00	39.328,19 C	30.146,07 C	627.330,05 C	9.182,12 C	



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA
RECEITA ESTADUAL

Nome: **TACCUINO DISTRIB DE MATS LTDA**

CNPJ base: **48.057.203/**

Obs.: A presente certidão é válida para toda a empresa, representada pelo CNPJ base composto pelos 8 primeiros dígitos. Todos os estabelecimentos da empresa foram avaliados na pesquisa de regularidade fiscal.

Certificamos que, aos **25 dias do mês de MARÇO do ano de 2024**, revendo os bancos de dados da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande Sul, não elidido o direito de a Fazenda proceder a posteriores verificações e, a qualquer tempo, vir a cobrar crédito apurado, o titular do CNPJ base acima se enquadra na seguinte situação:

CERTIDAO NEGATIVA

Constitui-se esta certidão em meio de prova de existência ou não, em nome do interessado, de débitos ou pendências relacionados na Instrução Normativa DRP n° 45/98, Título IV, Capítulo V, 1.1.

Débitos protestados e posteriormente regularizados perante a Receita Estadual do Rio Grande do Sul não impedem a emissão de "Certidão Negativa", porém, caso não sejam pagas as taxas cartoriais, o débito permanece protestado pelo cartório, podendo ser a causa de restrições em entidades de proteção ao crédito. Nesses casos, regularize as taxas diretamente no cartório.

Esta certidão **NÃO** comprova a quitação:

- a) de tributos devidos mensalmente e declarados na Declaração Anual de Simples Nacional (DASN) e no Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (PGDAS-D) pelos contribuintes optantes pelo Simples Nacional;
- b) de ITCD e de ITBI (nas hipóteses em que este imposto seja de competência estadual - Lei n° 7.608/81) em procedimentos judiciais e extrajudiciais de inventário, arrolamento, separação, divórcio, dissolução de união estável ou partilha de bens.

Esta certidão é válida até 23/5/2024.

Certidão expedida gratuitamente e com base na IN/DRP n° 45/98, Título IV, Capítulo V.

A autenticidade deste documento deverá ser confirmada em
<https://www.sefaz.rs.gov.br/SAT/CertidaoSitFiscalConsulta.aspx>
com o preenchimento apenas dos dois campos a seguir:

Certidão n°: **28359117**
Autenticação: **38627866**



[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 48.057.203/0001-40
Razão Social: TACCUINO DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS LTDA
Endereço: R ANGELO DOURADO 194 / ANCHIETA / PORTO ALEGRE / RS / 90200-060

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 20/03/2024 a 18/04/2024

Certificação Número: 2024032020230619556167

Informação obtida em 25/03/2024 10:23:07

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br



PREFEITURA DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

CERTIDÃO GERAL NEGATIVA DE DÉBITOS

Esta certidão é válida até: **24/04/2024**

Nome: TACCUINO DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS LTDA

CNPJ: 48.057.203/0001-40

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal cobrar quaisquer créditos que vierem a ser apurados, é certificado que, para o contribuinte acima especificado não constam débitos vencidos, lançados até 18 de março de 2024.

Certidão emitida em 25/03/2024 às 10:29:20, conforme Decreto 14.560 e Instrução Normativa SMF 04/2003.

A autenticidade desta certidão deverá ser verificada no sítio da Secretaria Municipal da Fazenda (<http://www.portoalegre.rs.gov.br/smf>), informando **CNPJ: 48.057.203/0001-40** e o código de autenticidade **45E88775DC79**



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: TACCUINO DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 48.057.203/0001-40
Certidão n°: 20086543/2024
Expedição: 25/03/2024, às 10:24:42
Validade: 21/09/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **TACCUINO DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° **48.057.203/0001-40**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: TACCUINO DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS LTDA
CNPJ: 48.057.203/0001-40

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 10:25:45 do dia 25/03/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 21/09/2024.

Código de controle da certidão: **EBB4.8CAA.EC11.9AE1**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Av. Loureiro da Silva, 255 - Bairro Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP 90013-901

CNPJ: 89.522.437/0001-07

Telefone: (51) 3220-4314 - <http://www.camarapoa.rs.gov.br/>

INFORMAÇÃO

Manual para ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DA PMPA

Para Solicitação para ADESÃO a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 1 - Preencha o formulário 0718892, assine e grave em PDF
- 2 - Acesse o link: [FORMULÁRIO A SER PREENCHIDO](#) e preencha o formulário
- 3 - Adicione o documento do item 1 em PDF e o Edital
- 4 - Finalize o preenchimento do formulário referente ao item 2
- 5 - Ao receber o e-mail com o link de acompanhamento, imprima e adicione a este processo
- 6 - Sendo autorizado o uso da Ata, providencie a Nota de Empenho e a Indicação do Fiscal

Informações passadas por e-mail 21/03/2024

Meggie Hotta
Unidade de Contratos
Diretoria de Licitações e Contratos
Prefeitura Municipal de Porto Alegre
Ramal: 1451

Fernanda Nunes Rodrigues
Unidade de Contratos
Diretoria de Licitações e Contratos
Prefeitura Municipal de Porto Alegre
(51) 3289-1444

Av. Loureiro da Silva, 255 - Bairro Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP 90013-901

CNPJ: 89.522.437/0001-07

Telefone: (51) 3220-4314 - <http://www.camarapoa.rs.gov.br/>

INFORMAÇÃO

REQUERIMENTO PADRÃO - SEI

REQUERENTE CAMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE			
PROFISSÃO			
E-MAIL aloisiofreitas@camarapoa.rs.gov.br			
ENDEREÇO RESIDENCIAL / DOMICÍLIO Avenida Loureiro da Silva,		Nº 255	AP. OU SALA
BAIRRO Centro Histórico	CIDADE Porto Alegre	TELEFONES 3220-4314	
ENDEREÇO DA OCORRÊNCIA		Nº	AP. OU SALA
BAIRRO	CIDADE	TELEFONES	

PREENCHER SOMENTE SE FOR SERVIDOR MUNICIPAL

MATRÍCULA	CARGO/FUNÇÃO	ÓRGÃO DE LOTAÇÃO
-----------	--------------	------------------

Vem requerer a V. Exa. Sr. Prefeito Municipal de Porto Alegre

Solicito autorização para uso da **ARP 661/2023** para aquisição de **60** unidades do item **27, código 1083252**, da presente Ata

OBJETO: LÍQUIDO CORRETIVO BRANCO, A BASE DE ÁGUA, INODORO, PARA CORREÇÃO DE ESFEROGRÁFICA, DATILOGRAFIA E IMPRESSÕES EM GERAL, NÃO TÓXICO. SECAGEM RÁPIDA. FRASCO COM 18ML. APROXIMADAMENTE.

NESTES TERMOS, PEDE DEFERIMENTO.

A-CGMA, MOD. A-433, ON-LINE



Documento assinado eletronicamente por **Aloisio de Freitas, Assessor(a) Legislativo**, em 25/03/2024, às 10:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.camarapoa.rs.gov.br>, informando o código verificador **0718892** e o código CRC **2E53F61A**.



Digite aqui para pesquisar

Esta Pasta



Catálogo de Endereços

Opções



Sair

Email

Calendário

Contatos

- Caixa de entrada (205)
- Lixo Eletrônico [6]
- Mensagens enviadas
- Mensagens excluídas
- Rascunhos [3]

Clique para exibir todas as pastas

- Departamento
- Escola Legislativo - Jor...
- Orçamento
- Outros - Inf. diversas
- Padroes - Normas - Porta...
- Personalíssimo
- Sistema - Acesso
- Treinamento
- Uso ATAS PMPA

Gerenciar Pastas...

Responder Responder a Todos Encaminhar Mover Excluir Lixo Eletrônico Fechar

=?ANSI_X3.4-1968?Q?Solicita=3F=3Fo_24.0.000038061-6?=-
 noreply@procempa.com.br [noreply@procempa.com.br]

Enviado: segunda-feira, 25 de março de 2024 10:11
Para: Aloisio de Freitas

Solicitação enviada com sucesso!

Foi gerado protocolo SEI 24.0.000038061-6

Informamos que o requerente poderá ser convocado a qualquer momento para apresentação dos documentos originais, ficando sob sua responsabilidade preservar os mesmos para fins de comprovação.

Guarde o link a seguir para acompanhar seu processo:

https://sei.procempa.com.br/sei/processo_acesso_externo_consulta.php?id_acesso_externo=1238206&infra_hash=0b0929bddd286f14449698a4c6a4965a

Equipe de Protocolo e Arquivo Divisão de Gestão Documental Secretaria
 Municipal de Administração e Patrimônio (51) 3289.1372 / 3289.1692
 e-mail: smapea@portoalegre.rs.gov.br Instagram: @siarqportoalegre

--
 This message has been scanned for viruses and dangerous content by [E.F.A. Project](#), and is believed to be clean.
 Não compartilhe seus dados de login. Eles são sua identificação pessoal na rede.

Email - 28016244

Data de Envio:

25/03/2024 17:15:47

De:

PMPA/Unidade de Contratos - DLC/SMAP <ucon@portoalegre.rs.gov.br>

Para:

aloisiofreitas@camarapoa.rs.gov.br
ucon@portoalegre.rs.gov.br

Assunto:

Utilização à Ata de Registro de Preços 661/2023 - código 1083252

Mensagem:

Prezado Aloisio, boa tarde.

Informamos que a solicitação de autorização para utilização à Ata de Registro de Preços PE 661/2023, código 1083252, LÍQUIDO CORRETIVO BRANCO, foi DEFERIDA.

Atenciosamente,

Sílvia Maria Stein dos Santos
Assistente Administrativo
Unidade de Contratos/DLC
Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio
Prefeitura Municipal de Porto Alegre
Fone: (51) 3289-1646

DESPACHO - SPAC

À DPF:

Solicitamos autorização superior para contratarmos a empresa **TACCUINO DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS LTDA**, para aquisição do objeto "líquido corretivo branco, a base de água, inodoro, para correção de esferográfica, datilografia e impressões em geral, não tóxico. secagem rápida. frasco com 18ml. aproximadamente.", conforme projeto básico 0715820, por meio da ARP-PMPA 661/2023 0717497.

Inserido no SEI, certidões, proposta, Edital e Termo de Homologação.

A PMPA informou a possibilidade do uso do saldo da Ata conforme documento 0719730

Atenciosamente;



Documento assinado eletronicamente por **Aloisio de Freitas, Assessor(a) Legislativo**, em 26/03/2024, às 08:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.camarapoa.rs.gov.br>, informando o código verificador **0718969** e o código CRC **A29730A4**.

DESPACHO - DPF

Ao Serviço de Planejamento e Acompanhamento de Contratações,

Levando em consideração a instrução realizada (0718969), autorizo a aquisição por meio de ata de registro de preços da PMPA.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos da Silva, Diretor da Diretoria de Patrimônio e Finanças**, em 26/03/2024, às 13:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.camarapoa.rs.gov.br>, informando o código verificador **0719749** e o código CRC **061C2452**.

SÚMULA DE PARTICIPAÇÃO NO SRP/PMPA Nº 18/2024

PROCESSO Nº: 076.00025/2024-23

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE.

CONTRATADA: TACCUINO DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS LTDA.

CNPJ Nº: 48.057.203/0001-40.

OBJETO: Aquisição de 60 (sessenta) unidades de líquido corretivo branco, a base de água, inodoro, para correção de esferográfica, datilografia e impressões em geral, conforme item 27, código 1083252 da ARP 661/2023.

VALOR UNITÁRIO: R\$ 1,55 (um real e cinquenta e cinco centavos).

VALOR TOTAL: R\$ 93,00 (noventa e três reais).

BASE LEGAL: Participante do Edital de Pregão Eletrônico ARP 661/2023 da PMPA.

Porto Alegre, 27 de março de 2024.

José Alfredo Santos Amarante, Diretor-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Aloisio de Freitas, Assessor(a) Legislativo**, em 27/03/2024, às 09:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



Documento assinado eletronicamente por **Jose Alfredo Santos Amarante, Diretor(a)-Geral**, em 27/03/2024, às 11:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.camarapoa.rs.gov.br>, informando o código verificador **0720403** e o código CRC **CF824234**.

DESPACHO - SPAC

À SEC;

Para publicação da Súmula 0720403.

Atenciosamente.



Documento assinado eletronicamente por **Aloisio de Freitas, Assessor(a) Legislativo**, em 27/03/2024, às 12:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.camarapoa.rs.gov.br>, informando o código verificador **0720675** e o código CRC **0D1024BE**.



Av. Loureiro da Silva, 255 - Bairro Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP 90013-901

CNPJ: 89.522.437/0001-07

Telefone: (51) 3220-4113 - <http://www.camarapoa.rs.gov.br/>

CERTIDÃO

Certificamos que a matéria (0720403) foi divulgada no [Dopa-e](#), conforme link em destaque:



Documento assinado eletronicamente por **Evandro Giovani Saccol, Assistente Legislativo**, em 28/03/2024, às 17:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.camarapoa.rs.gov.br>, informando o código verificador **0721328** e o código CRC **F6010142**.

Referência: Processo nº 076.00025/2024-23

SEI nº 0721328



Licitações Contratos Pessoas/Empresas Comissões Remessas Auditoria Tabelas Ajuda

Licitação Voltar Excluir

Baixar Documentos

Órgão 54901 - CM DE PORTO ALEGRE

Situação Encerrada

Resultado Concluída

Fase Publicação

*Modalidade Adesão à Ata de Registro de Preços *Nº da Licitação 18 *Ano 2024

Origem LicitaCon WEB ...

Fase Interna Publicação

FASE INTERNA

*Nº do Processo 076.00025/2024-23 *Ano 2024

*Realizada pelo próprio órgão Não *CNPJ do Gerenciador 92963560000160 Órgão Gerenciador Município de Porto Alegre

*Tipo de Objeto Compras

*Modo de Fornecimento Integral

*Forma de Contratação Global

*Data da Adesão 21/03/2024

*Descrição do Objeto

Aquisição de60 (sessenta) unidades de líquido corretivo branco, a base de água, inodoro, para correção de esferográfica, datilografia e impressões em geral, conforme item 27, código 1083252 da ARP 661/2023.

206 de 2000

Fundamentação Legal

*Natureza da Licitação Registro de Preços

*Contratado Tacuino Distribuidora de Materiais Ltda (48.057.203/0001-40) ...

*Valor Contratado 93,00

*Característica do Objeto Item único

*Gera Despesa Sim

Observações

Adesão a Registro de Preços

*Forma de Atuação Participante

*Nº da Licitação Original 661 *Ano 2023

*Nº da Ata de Registro de Preços 661/2023 *Data da Ata de Registro de Preços 08/03/2024

Documentos

Alterar	Tipo	Documento	Nome Arquivo ↓	Data Cadastro
	Proposta do fornecedor contratado (orçamento e preço)	Visualizar	PROPOSTA_PE_2023_661_TACCUINO.pdf	01/04/2024
	Edital e anexos da licitação realizada por outro órgão	Visualizar	EDITAL 661.2023.pdf	01/04/2024
	Ata de registro de preços	Visualizar	ARP661.2023.pdf	01/04/2024

1 - 3

Proposta Contratada Planilha Modelo

Imprimir

Alterar	Número	Data de Referência	Descrição	Qtd.	Unidade	Preço Unitário Contratado	Preço Total Contratado	Família	Subfamília
	1	11/01/2024	Aquisição de60 (sessenta) unidades de líquido corretivo branco, a base de água, inodoro, para correção de esferográfica, datilografia e impressões em geral, conforme item 27, código 1083252 da ARP 661/2023.	60,00	UN	1,55	93,00		
							93,00		

1 - 1

